

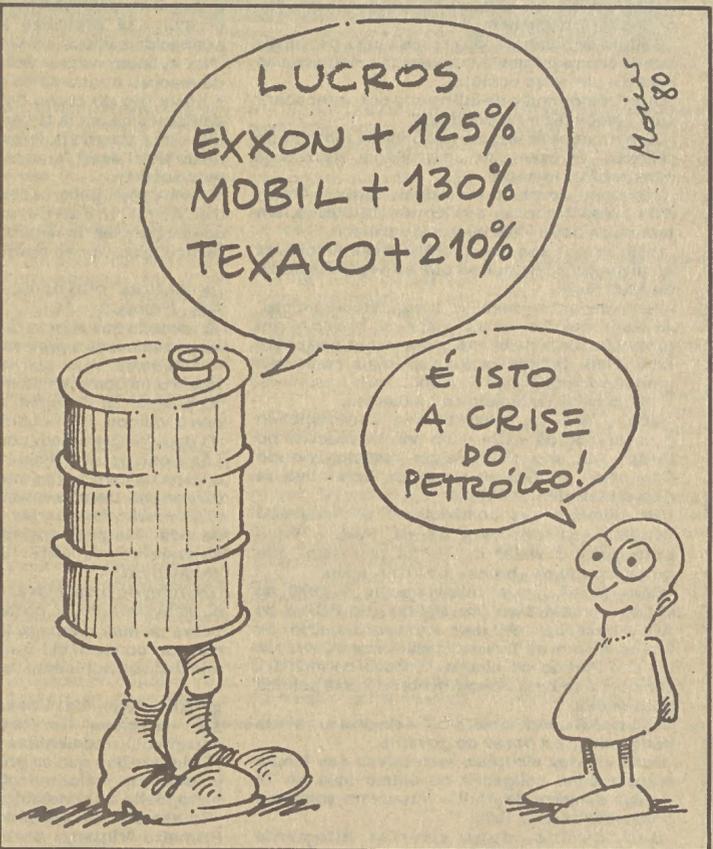
No rescaldo da derrota da reacção:



dificuldades na "AD"; novas possibilidades para os democratas

Editorial

Pág. 2



Um Governo e uma política que não dão nem pró petróleo...

Pág. 8



O camarada Alexei Nikolaevitch Kossyguine

Morreu
Alexei Kossyguine Pág. 2



CONGRESSO
DO PARTIDO
COMUNISTA
DE CUBA

pág. 6



Um aspecto da multidão que se concentrou na antiga Rua da Creche na homenagem a Dias Coelho

Pág. 3

Homenagem a Dias Coelho

Editorial

A VITÓRIA DO FIM DE ANO

NATAL de 80.

Todo o mundo se deseja «Boas Festas, Feliz Ano Novo». Tempo de fraternidade. Mas tempo de luta também.

É altura de balanços, de contas à vida, de planos para o futuro porque dentro de dias mais um ano acaba e um outro começa.

Que fizemos então de útil no ano que vai acabar? Que iremos fazer no próximo?

Os portugueses têm este ano fortes motivos de reflexão, de exame de consciência, de razões para confiar no futuro.

Não tanto no plano individual, como é óbvio, mas colectivamente, em termos de classe, em termos de povo — em termos de política.

1980 foi um ano de características incomuns relativamente aos outros que se seguiram ao 25 de Abril de 74.

Bom, cada ano teve as suas características. A Revolução e as crises marcaram profundamente cada ano e por vezes cada mês e cada dia da vida nacional desde a arrancada gloriosa dos Capitães de Abril.

Foi um tempo marcado de mudanças.

Mas o ano de 1980 teve a caracterizá-lo o consulado da «AD» — um ano de reacção no Poder, um ano de domínio reaccionário do Executivo (o Governo) e do legislativo (a Assembleia da República).

Um domínio que começou no ano passado exactamente por esta época. Para o Povo português o Natal de 79 foi um Natal não propriamente de «broas» mas de nuvens.

Sem dúvida, que relativamente a 1976 se verificou notável subida eleitoral do PCP e da APU, indicativa de uma nova armadura de forças em que as classes trabalhadoras, através do seu Partido de classe, vincava de maneira sensível o seu peso ascendente na trama política portuguesa.

Mas a «AD» pôde obter no fim do ano a maioria parlamentar e a posse do governo.

Dois vitórias eleitorais sucessivas das forças reaccionárias coligadas no último mês de 79 — duas derrotas de Abril — trouxeram sombrias perspectivas para 1980.

Sem dúvida, duas vitórias altamente controversas na sua expressão política, cheias de buracos, de processos pouco limpos em democracia, sem a maioria do eleitorado.

De qualquer forma, duas vitórias da reacção e duas derrotas das forças democráticas, agravadas depois numa escala preocupante com os resultados das legislativas de 5 de Outubro último que trouxeram um novo reforço das posições da Aliança reaccionária. E com este reforço um crescendo de ameaças.

O Povo português, que por métodos antidemocráticos e pressões de toda a ordem viu passar a batuta da governação para as mãos da «AD», fez depois nestes últimos meses de 1980 a prova da reacção no Poder.

E viu o perigo em toda a sua dimensão e tirou conclusões rápidas. Em apenas dois meses um mau resultado foi parcialmente emendado, apesar das formidáveis pressões, manipulações e atropelos à legalidade democrática pelas forças reaccionárias — e a «AD» chega ao fim do ano sob o peso de uma estroada derrota.

Neste fim de 1980 é a «AD» e não o Povo português quem tem motivos de amargor e perspectivas pouco animadoras para o ano que se segue.

CADA dia que passa mais revela a profundidade da derrota da reacção, mais acentua o seu divórcio real do Povo, mais traz ao de cima a precariedade e as contradições internas da coligação reaccionária governante e a sua incapacidade de resposta para os problemas mais agudos do Povo português e do País.

Cada dia se torna mais claro que o famigerado projecto da «AD» nada tinha a ver com o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, com a consolidação e garantia das grandes transformações de Abril, com o robustecimento da independência nacional.

O famigerado projecto «AD» era a antítese de tudo isso.

O que apareceu de maneira relevante em contornos bem precisos aos olhos do Povo português nos últimos meses de 1980 foi aquilo que o PCP sempre denunciara desde a primeira hora, ou seja: um autêntico plano subversivo global contra o regime democrático, para a destruição das liberdades e do 25 de Abril, para a reconstituição do poder económico e político do grande capital, para a restauração de uma nova ditadura.

A vitória das legislativas enfunou as velas da reacção, a apresentação de uma candidatura às eleições presidenciais como a de Soares Carneiro, imposta pelos sectores mais retrógrados da reacção portuguesa e internacional, obedeceu à consumação desse plano.

O frenesi dos chefes da «AD» nos últimos dias que antecederam a eleição presidencial mostra como a conquista desse objectivo era uma peça essencial dos seus propósitos golpistas contra a democracia.

Sabe-se hoje que o plano subversivo da «AD» comportava de imediato novas violências e ilegalidades. Autênticas operações punitivas estavam já previstas logo que se tomasse conhecida a vitória de Soares Carneiro.

Nas cabeças esquentadas de muitos dos chefes da reacção tomou-se os desejos por realidades, a conulsta do órgão de soberania Presidência da República era já favas contadas.

Mas foi a fava do bolo-rei, a fava da derrota, que neste Natal de 80 foi parar aos dentes da Aliança reaccionária.

O Povo português, as forças democráticas, o 25 de Abril alcançaram uma vitória de consequências incalculáveis. O Povo de Abril reencontrou-se nas eleições de 7 de Dezembro.

A derrota provocou a desorientação nas fileiras da «AD».

É verdade que alguns dos seus dirigentes mais responsáveis já a previam e temiam.

Os últimos dias que antecederam a eleição foram uma corrida alucinante para a derrota. O próprio Sá Carneiro, dias antes do acidente que o vitimou, já a considerava quase certa.

O seu desabafo com um jornalista é revelador: «As notícias são dramáticas, sabe? Corremos o risco de perder à primeira volta. Vim aqui para dizer muito claramente que me vou embora».

Sá Carneiro foi-se embora da política e também da vida. Não pôde assistir à derrota do projecto subversivo da «AD» de que fora um dos arquitectos.

Derrotando o candidato da Aliança reaccionária o admirável Povo português dera uma nova prova de maturidade política, de clara visão, de elevada consciência quanto ao papel decisivo das massas populares na política do seu País.

ESTA magnífica afirmação da vontade popular encheu de desalento a reacção, desarticulou momentaneamente os seus planos.

É sintomático que os principais chefes da «AD» já falem em «reformulação» dos seus projectos a propósito da constituição do novo governo.

Balsemão foi escolhido e indigitado como Primeiro-Ministro para dar continuidade ao projecto «AD» nas novas condições. A Aliança reaccionária disfarça a derrota com palavreado altissonante. «Um governo forte», uma «aposta forte no VII governo», «um arranque em força» do governo, são arrotos para disfarçar as feridas da derrota e ocultar as lutas pelo poder que se travam no seio da «AD».

Freitas do Amaral, sem Sá Carneiro no governo, não aceita um papel de segundo plano na nova formação; Basílio Horta, antigo dirigente da União Nacional e da ANP, não aceitava transitar para o novo governo mas foi imposto para desalojar Lucas Pires.

Este por sua vez preconiza «a despedida do passado e a procura do futuro» a «morte dos mitos e da radicalização da bipolarização».

No próprio PSD a luta entre «falcões» e «pombas» está apenas hibernada.

Neste Natal de 1980 a paz não parece reinar entre a família da «AD»!

O Povo português, o movimento popular e democrático, saíram mais fortes da batalha política deste fim de ano.

Iremos entrar em 1981 com um activo de luta e de vitórias históricas de decisiva importância.

Que iremos fazer no próximo ano?

Para já, consolidar as vitórias alcançadas, unir mais e mais os trabalhadores e o povo para se obter mudança de governo e de política, para abrir o caminho a uma alternativa democrática.

Decisivas tarefas nos esperam, obstáculos de monta se levantam à luta pela democracia, pela liberdade, pela independência nacional.

Os grandes derrotados de 7 de Dezembro não se enfileiram apenas na «AD», andam também pelo campo democrático.

Alguns como Mário Soares, na linha de coerência com as suas achegas a Soares Carneiro, já oferece publicamente os votos do PS para um «consenso» com a Aliança reaccionária na revisão constitucional. Mário Soares retomou estranhamente, em declarações públicas, a iniciativa de guerrilha institucional contra o Presidente da República que era a prática política da «AD».

Vão os socialistas cair na armadilha e aceitar este papel? Vão os democratas portugueses sem partido aceitar esta autêntica infidelidade à democracia?

Irão transformar uma retumbante vitória democrática numa derrota à distância?

O próximo ano e as próximas batalhas políticas o dirão. Mas o nosso Povo tem aprendido a exercer com sabedoria a sua acção e a sua vontade, sobretudo, tem sabido manter bem viva a chama imorredoura que o 25 de Abril acendeu. «A luta continua» não é um lugar comum de agitação política. É o motor das inevitáveis transformações revolucionárias de um Povo determinado, um motor insubstituível de novas vitórias.

Neste fim de 1980 foi Abril que triunfou.

Merecidamente, o nosso Povo encara o novo ano com uma grande confiança nas suas forças. E novas vitórias virão.

Morreu Alexei Kossyguine

● Uma vida devotada à edificação do socialismo

Alexei Kossyguine, ex-primeiro-ministro da União Soviética, faleceu em Moscovo, na madrugada do dia 19 do corrente mês, vitimado por uma doença cardíaca.

O camarada Alexei Kossyguine, que contava 76 anos, abandonara recentemente, a seu pedido, a chefia do governo por razões de saúde que, nos últimos tempos, o tinham obrigado, por diversas vezes, à hospitalização.

Nasceu em 1904, em Leninegrado, no seio de uma família operária. Alistou-se no Exército Vermelho com 15 anos de idade para ser desmobilizado em 1921.

A partir desta data, estudou cooperativismo e engenharia têxtil, participando activamente na vida social e política, o que o leva a filiar-se no Partido Comunista da União Soviética, em 1927.

Em 1937, tendo regressado a Leninegrado, assume a direcção da fábrica de tecelagem «Outubro» e é eleito presidente do comité executivo do soviete local de deputados dos trabalhadores. No ano seguinte passa a integrar o Comité Central do PCUS, sendo nomeado, posteriormente, para o cargo de comissário do povo (o equivalente a ministro) da Indústria Têxtil.

Passa a desempenhar, em 1940, o cargo de vice-presidente do Conselho de Comissários do Povo (o equivalente a vice-primeiro-ministro). Entretanto, de 1943 a 1946, exerce simultaneamente as funções de chefe do Governo da República Socialista Federativa Russa.

Durante a Segunda Guerra Mundial, por decisão do Comité Central, Alexei Kossyguine, a par das suas funções governativas, exerce importantes missões, nomeadamente as que se referem à reconversão de economia soviética às prementes necessidades da guerra.

Assim, contribuiu para o acelerar da evacuação das populações e empresas industriais da zona da frente para a parte leste do país, onde as empresas são instaladas.

Em Janeiro de 1942, é enviado a Leninegrado, que se encontrava cercada pelos fascistas alemães, como representante do comité estadual da Defesa.

Após a guerra desenvolve um importante trabalho de organização para o restabelecimento da economia destruída pelo conflito e, para o efeito, dirige vários ramos da indústria. Foi igualmente ministro das Finanças e dirige o «Gosplan» (comité para o plano de Estado).

Alexei Kossyguine, em 1960, é nomeado vice-presidente do conselho de ministros da URSS e, em Outubro de 1964, é nomeado presidente do conselho de ministros da URSS, cargo que viria a abandonar a poucos meses antes da sua morte devido às condições de saúde.

Participou nos trabalhos do XVIII ao XXV Congressos do PCUS como membro do Comité Central e foi membro do respectivo Bureau Político durante vários anos, tendo sido ainda deputado ao Soviete Supremo da URSS.

Considera do internacionalmente como um eminente estadista, o camarada Alexei Kossyguine, no cargo de primeiro-ministro, consagrou toda a sua experiência e conhecimentos à realização da política do PCUS, procurando reforçar o Estado socialista soviético, desenvolver a economia da URSS, elevar o nível de vida do povo e consolidar as posições internacionais da União Soviética.

Distinguiu duas vezes com o título de «Herói da União Soviética» e, seis vezes, com a «Ordem de Lenine», Alexei Kossyguine foi ainda condecorado com a «Ordem da Bandeira Vermelha», a «Ordem da Revolução de Outubro» e outras condecorações.

As cinzas de Alexei Kossyguine foram depositadas ontem na Praça Vermelha, junto ao muro do Kremlin, no local onde repousam muitas das mais importantes figuras da União Soviética.

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do PCUS uma mensagem de condolências que nesta página destacamos.

Mensagem de condolências do Comité Central do PCP

AO
Comité Central do
Partido Comunista da União Soviética

Queridos Camaradas,

Ao tomar conhecimento do falecimento do Camarada Alexei Kossyguine, dirigente eminente do PCUS e do Estado Soviético, o Comité Central do Partido Comunista Português expressa ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, aos comunistas e a todo o povo soviético os sentimentos de profundo pesar e de fraternal solidariedade. A vida do camarada Alexei Kossyguine, inteiramente devotada à causa da edificação do socialismo e do comunismo na URSS, da paz e da emancipação social e nacional dos povos, constitui um nobre exemplo para os comunistas e revolucionários do mundo inteiro.

O Comité Central do
Partido Comunista Português

Lisboa, 20 de Dezembro de 1980

Campanha Natal 80

para melhorar o trabalho do PCP no distrito do Porto

Campanha de Natal 80 — eis o principal objectivo, em matéria de fundos, de uma iniciativa que decorre na organização distrital do Porto do nosso Partido até ao próximo dia 10 de Janeiro. Esta campanha destina-se a reforçar as condições de trabalho do PCP naquele distrito.

Diversos tipos de realizações integram esta campanha: as contribuições especiais com base no 13.º mês, abordagens fora do Partido, mercados de Natal, ofertas para a campanha, rifa da campanha e Festa de fim-de-ano.

Os mercados de Natal estão a funcionar, com assinalável êxito nos Centros de Trabalho da Boavista e de Aníbal Cunha. Entretanto, o seu sucesso financeiro será tanto maior quanto maior for a quantidade de artigos vendidos que tenham sido oferecidos.

A rifa da campanha é vendida ao preço de 20 escudos e habilita os seus compradores a um televisor a cores, a sortear pela Lotaria dos Reis.

Entretanto, como em anos anteriores, o PCP vai promover, no Porto, uma grande Festa de passagem-de-ano, que promete ser de arromba.

Reunião importante

No dia 17 de Janeiro (sábado) realiza-se no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, uma importante reunião destinada aos camaradas naturais dos seguintes concelhos do distrito de Leiria residentes na área da capital: **Pedregão Grande, Ansião, Alvaizere e Figueiró.**

O encontro, que tem início marcado para as 15 horas, debaterá, entre outros assuntos, os problemas e realizações daqueles concelhos.

Fim de ano em festa

- Lisboa
- Cova da Piedade

A festa de fim-de-ano do PCP em Lisboa realiza-se no pavilhão gimno-desportivo do Atlético Clube de Portugal (Tapadinha), a partir das 22 horas.

Um «show» de Carlos do Carmo, baile até às cinco da manhã animado pelo conjunto «Psicose», o sorteio da iniciativa do PCP para a campanha eleitoral, tómbola, bares e bancas a funcionar até ao fim asseguram desde já um óptimo programa para o fim de ano de muitos camaradas e amigos da Grande Lisboa.

Os bilhetes de ingresso, ao preço de 150\$00, podem adquirir-se nos CT's do PCP da cidade ou então no próprio local, na noite do dia 31.

O fim-de-ano na Cova da Piedade tem ponto de encontro marcado no pavilhão da Romeira, na Cova da Piedade (Almada). Baile, canto livre, fados, poesia, entre algumas surpresas, compõem o programa da iniciativa, que cabe à Comissão de Fundos da organização da Romeira do PCP e à Juventude Comunista Portuguesa.

A festa, que se iniciará às 21 horas, integra-se na campanha de recolha de fundos «Almada, uma Casa do Partido».

Camarada falecido

ALEXANDRE FARIA — Faleceu recentemente o nosso camarada Alexandre Faria, que se encontrava doente há já bastante tempo.

O militante comunista, trabalhador bancário na reforma, pertencera ao secretariado da célula do PCP do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa.

À família do camarada desaparecido, o colectivo do «Avante!», expressando os sentimentos de todo o Partido, apresenta sentidas condolências.



O Encontro Nacional de Saúde do PCP, efectuado em 10 e 11 de Maio de 1980, representou um momento particular de análise, reflexão, discussão e propostas de solução de alguns problemas da Saúde.

Este livro pretende dar conta do que foi esse Encontro, parte integrante de um processo de lutas, dificuldades e trabalhos que continuará até que o Povo português veja concretizado na prática o seu direito à Saúde.

À venda

Homenagem a Dias Coelho

19 de Dezembro de 1980. Princípio da noite, algures no bairro de Alcântara em Lisboa.

Apesar do frio a que nos vamos habituando nesta época invernal, centenas de antifascistas estão ali concentrados. Gritam-se palavras de ordem. Entoam-se canções de unidade e luta, símbolo de uma resistência no passado, afirmação de confiança num presente que exige cada vez mais a cooperação entre todos os democratas para a construção do futuro livre e progressista em Portugal.

Na parede de um prédio dessa rua de Alcântara vêem-se dois painéis: um vermelho, outro verde e por baixo uma lápida evocativa. Algumas das pessoas que por ali passavam não compreendiam desde logo o significado daqueles painéis e daquela concentração.

Rapidamente obtinham a resposta: ali, precisamente naquele local, José Dias Coelho, um destacado militante do PCP, era assassinado à queima-roupa pelas balas da PIDE. Foi naquele dia, em 1961.

Dezanove anos depois, os comunistas e todos os antifascistas portugueses que lutaram pela liberdade, todos os democratas, dizem bem alto: não esqueçamos José Dias Coelho!

Foi isso o que se fez no dia 19 de Dezembro de 1980, numa noite fria, algures em Alcântara, ao Calvário. Hoje, no Portugal de Abril, na Rua José Dias Coelho.

Um artista, um militante pela liberdade

Junto a um dos candeeiros da rua, para uma camioneta que serviu de tribuna subiram camaradas da comissão organizadora da concentração (Lucília Lucas, Mário Cruz, Vitor Sarmiento e Maria Ferreira); António Cordeiro e Romão Lavadinho, do Comité Local de Lisboa (CLL); Carlos Pereira, Alda Nogueira

e Francisco Miguel, do Comité Central; Dias Lourenço, da Comissão Política do CC; e também Maria Adelaide Dias Coelho, irmã do militante assassinado pela PIDE.

A primeira oradora foi a camarada Maria Ferreira que, em nome da Comissão de Freguesia do PCP, recordou o barbarismo com que Dias Coelho foi morto pela ditadura fascista, denunciou o famigerado José Gonçalves, da brigada da PIDE, tendo, por outro lado, recordado o perfil de lutador, o perfil intelectual e artístico de José Dias



Coelho, desde a sua vida de estudante. A finalizar diria que recordar aquele militante comunista é recordar quem tomou na luta pela libertação do povo português, quem nunca hesitou no combate pela causa superior da democracia e da liberdade.

«A Luta Continua, Fascismo Nunca Mais!» foi a palavra de ordem entoada antes do minuto de silêncio guardado em honra do escultor comunista.

Em seguida falou Dias Lourenço:

«Reunimo-nos aqui hoje para relembrar um dos mais hediondos crimes do regime fascista de Salazar — o assassinato do camarada José Dias Coelho, neste exacto local abatido selvaticamente a tiro há 19 anos pelo bando de criminosos da PIDE.

«Mas não estamos aqui só para relembrar um crime — estamos também para afirmar que a causa pela qual

Dias Coelho viu ceifada a sua jovem vida tem raízes profundas no Portugal dos nossos dias, na pátria livre que queremos construir; estamos aqui para dizer não aos que querem fazer regressar de novo o País de Abril aos dias negros do passado; estamos aqui immanados com o nosso Povo para dizer não ao fascismo!»

E mais adiante: «José Dias Coelho foi friamente abatido como um facinoroso, mas o Homem, com letra maiúscula, que caiu aqui sob as balas dos facinorosos da PIDE foi um jovem artista que usou o melhor da sua vida e do seu talento ao serviço da causa superior da libertação do seu povo, da libertação da arte e do trabalho criador da nossa intelectualidade progressista das algemas retrógradas do fascismo.

«José Dias Coelho fizera a dívida total da sua vida jovem, de quem a Arte tinha

ainda algo a esperar, para que o pão da cultura, como o pão de trigo, fosse servido ao Povo trabalhador, ao seu Povo, que ele amava acima de tudo e cuja vida, trabalho e drama o inspirara como artista».

«Os mortos não os deixamos para trás abandonados...»

Depois de referir que «nenhum outro partido em Portugal deu em holocausto tantas vidas à luta contra o fascismo como o PCP», salientando, no entanto, que «nós não somos cultores da morte mas sim da vida», a camarada Dias Lourenço acentuou:

«Os inimigos da liberdade, os nossos advogados da velha ordem que estão interessados em envolver os crimes do fascismo nas dobras do silêncio, dizem que nós usamos os mortos como bandeiras de agitação política.

«De facto, «os mortos não os deixamos para trás abandonados» — como diz a canção do poeta. Mas os nossos mortos, os mortos da luta contra o fascismo são uma viva acusação dos crimes do passado, são uma prevenção contra aqueles que hoje de novo querem erguer da tumba o regime fascista, querem sepultar de novo a liberdade, querem abater como o coarde assassino de Dias Coelho, o 25 de Abril.

«Sim, os nossos mortos são bandeiras da luta que continua, da vida que queremos construir, da Pátria livre, democrática, feliz, independente que havemos de legar aos nossos filhos».

O seu sangue não foi perdido em vão

Frequentemente interrompido por fortes



Um aspecto da assistência que participou na homenagem a José Dias Coelho durante o comício efectuado para o efeito na rua de Alcântara, onde a PIDE assassinou aquele militante comunista. Dias Lourenço na sua alocução frisava que «nenhum outro partido em Portugal deu em holocausto tantas vidas à luta contra o fascismo como o PCP».

aplausos e palavras de ordem, dizia em seguida que «lembrar hoje Dias Coelho é despertar as atenções, a vigilância do nosso Povo para os perigos que ameaçam a democracia».

Referindo-se às «alterações de vulto» que se produziram na situação do nosso país, o director do «Avante!» caracterizou-as como firmes tomadas de posição «no sentido do repúdio do passado, alterações de afirmação dos destinos democráticos do nosso povo, alterações que representam uma viragem de importância enorme na política nacional».

«Há 12 dias», prosseguiu, «vencendo uma formidável pressão das forças reacçãoárias, o nosso povo deu ao mundo uma notável lição, uma prova de profundidade dos seus sentimentos democráticos, da sua profunda sensibilidade aos perigos de uma ameaça que pesava sobre a democracia portuguesa».

Sublinhou em seguida que «a derrota do candidato mais cotado da reacção nas

eleições presidenciais representou uma concludente derrota dos planos subversivos das forças reacçãoárias agrupadas na «AD» para liquidar o regime democrático e as conquistas de Abril», acrescentando que os resultados de 7 de Dezembro representaram ainda «não só uma estrondosa derrota das forças reacçãoárias e uma grande vitória da democracia e da liberdade, mas também uma grande vitória política do Partido pelo qual José Dias Coelho deu a vida».

Declarou em seguida o dirigente comunista:

«A reacção tinha criado um monstro e com ele parecia querer devorar todo o rico património libertador que o 25 de Abril deu ao nosso Povo. Para a Aliança Reacçãoária governante a vitória estava no papo, a hegemonia absoluta do poder político a consumar-se com o triunfo do general candidato do campo de concentração de S. Nicolau. O histerismo dos chefes da reacção levou-os a confundir os desejos com a realidade,

a confundir o povo com os seus verdugos de sempre, levou-os ao desastre. O monstro demolidor revelou-se um monstro de pés de barro. O inchaço era afinal basófia que a derrota transformou num balão vazio.

«Honraremos a memória de Dias Coelho fortalecendo a luta diária, mostrando que o seu sangue não correu em vão e que o seu sacrifício é um incentivo para os combatentes de hoje e de amanhã» — concluiu, frisando ainda o facto de entre os presentes se encontrarem outros democratas sem filiação partidária e mesmo simpatizantes de outros partidos, e que os heróis do PCP, caídos na luta contra o fascismo, são heróis do Povo português, vítima de meio século de terror e opressão.

Muitas das pessoas que participaram na concentração, desfilarão, no final, até ao Centro de Trabalho de Alcântara do PCP para uma visita à sala Dias Coelho, correspondendo assim a um convite da tribuna.

Importante iniciativa da JCP



Conferência Nacional da Organização do Ensino Superior em 14 e 15 de Março

Profundar e desenvolver nas novas condições a linha política dos comunistas para

a Universidade e eleger a Direcção Central do Ensino Superior — estes os principais objectivos da

Conferência Nacional da Organização daquele sector da JCP, Juventude Comunista Portuguesa,

a realizar em 14 e 15 de próximo mês de Março, em Lisboa, em local a indicar oportunamente.

A decisão foi tomada há dias no decorrer da reunião da Direcção Central do Ensino Superior (DCES) da JCP, efectuada em Coimbra.

Os estudantes comunistas presentes fizeram um balanço dos primeiros aspectos preparatórios da Conferência, tendo constatado que, na sequência do 1.º Congresso da JCP, (reunido em Maio passado), onde a realização da importante iniciativa fora já apontada, a Conferência está a suscitar um entusiasmo muito positivo entre os militantes e organizações do Ensino Superior.

Como refere uma nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social pela DCES da Juventude Comunista Portuguesa, o encontro de Coimbra tomou conhecimento do

trabalho em curso nas diversas Academias, das formas de intervenção dos estudantes comunistas na vida da Universidade e no movimento estudantil, dos objectivos e das linhas de acção traçadas.

No âmbito da actividade preparatória da Conferência Nacional, foram sublinhadas a importância e significado de algumas iniciativas já realizadas, em particular a 1.ª Assembleia da Organização do Ensino Superior de Lisboa e as reuniões das Direcções do Porto e de Coimbra.

• Reforçar a unidade nas próximas eleições para a gestão

Segundo o texto divulgado aos jornalistas, a Direcção Central do Superior analisou também as consequências e o significado dos resultados das eleições presidenciais.

Aquele organismo congratula-se com a reeleição do General Ramalho Eanes, «que, para além da derrota do plano subversivo da reacção para destruir o Portugal de Abril, marca uma importante vitória da democracia, abrindo o caminho à consolidação das liberdades, das conquistas de Abril, do regime democrático e da Constituição».

A DCES da JCP sublinha também «o enorme significado político da ampla unidade conseguida entre democratas de todas as tendências nas eleições presidenciais, convergindo no objectivo comum de derrotar o candidato da reacção».

Acrescentam os universitários comunistas que «a votação nas eleições presidenciais mostrou que, ao contrário do que afirmavam e afirmam os «teóricos» anticomunistas de

várias matizes, a participação dos comunistas é indispensável à construção de soluções democráticas para os problemas nacionais».

O mesmo espírito de unidade democrática é também fundamental na Universidade. Como sublinha o documento que temos vindo a citar, a própria acção política desenvolvida durante as eleições presidenciais deixa amplas perspectivas de reforço da cooperação unitária no terreno específico do movimento estudantil, que além de lutas em diversas escolas, relacionadas com questões específicas do seu funcionamento, está empenhado com grande dinamismo e espírito de unidade combativa nos seguintes objectivos:

homologação e apoio aos cursos nocturnos; discussão prévia e pública de qualquer projecto do decreto de gestão (Estatuto

Regulamentador da Autonomia Universitária — ver artigo nesta página); e não homologação dos regimes de precedências.

O documento salienta que a DCES da JCP decidiu empenhar esforços para a concretização das perspectivas de alargamento da unidade democrática no Ensino Superior, nomeadamente nas próximas eleições para a gestão, na base de um projecto de luta por uma gestão democrática, participada e descentralizada em oposição à gestão catedrática prosseguida na Universidade por vontade do Ministério da Educação e das forças reacçãoárias nas escolas.

Uma grande vitória das listas democráticas nas próximas eleições para a gestão será um forte contributo para o desenvolvimento da luta estudantil contra os projectos governamentais e pela defesa dos direitos estudantis — conclui a JCP.



Estatuto Regulamentador da Autonomia Universitária

● Nos gabinetes do MEC a manobra continua!

As escolas superiores da Academia de Lisboa promoveram recentemente acções de luta diversas, incluindo paralisações, Reuniões Gerais de Alunos (RGA's), jornadas de esclarecimento, etc.

O balanço dessa luta é significativo, não só pelo número de estabelecimentos envolvidos e pela adesão massiva dos estudantes, como também pela firme unidade estabelecida.

Como sublinha o boletim n.º 2 editado pela Reunião Inter-Associações da Academia de Lisboa, «aviso está dado quer ao Ministério, quer aos Conselhos Científicos: os estudantes não estão dispostos a que se faça 'gato sapato' dos seus direitos».

«O que foi dito», sublinha o editorial daquele boletim universitário, «aplica-se particularmente àquilo que constitui a maior novidade da entrevista da RIA com o secretário de Estado do Ensino Superior: a previsível saída do Estatuto Regulamentador da Autonomia Universitária.»

Entretanto, especial destaque tem vindo a ser dado às Reitorias das três universidades (Clássica, Técnica e Nova). Dessa crescente importância aponta-se, a título de exemplo: são as Reitorias que dão segui-

mente à contratação de docentes e aos Serviços Sociais (sector fundamental do apoio aos alunos descolados das famílias), não esquecendo que são também elas que relacionam o Ministério com os problemas concretos de cada unidade escolar.

Diz, a propósito, o boletim n.º 2 da RIA: «Isto quer dizer que a forma como vier a ser regulamentada a autonomia das Universidades face ao Governo vai afectar em muito a vida das escolas. Tanto mais que tal regulamentação vai incidir igualmente na autonomia e poder de decisão de cada escola em particular, nomeadamente nas formas da sua gestão».

De reter, aliás, a informação dada pelo secretário de Estado do Ensino Superior à delegação da RIA que recentemente se

deslocou ao Ministério: disse o dr. Formosinho Sanches que com tal estatuto regulamentador o actual Decreto de Gestão será implicitamente revogado... Quer dizer: passa-se de mal a pior?

Três perguntas

Depois de acentuar que «são decisivas para a democracia nas escolas as questões que a autonomia universitária irá levantar», o editorial do boletim informativo apresenta três perguntas que são, ao fim e ao cabo, a síntese das dúvidas fundamentais que se vivem nas escolas superiores:

• A autonomia irá ser uma forma de aumentar a participação dos estudantes e docentes na condução dos

destinos das escolas e da Universidade ou o grande meio para absolutizar o poder dos catedráticos no Ensino Superior?

• As Universidades serão porta-vozes do MEC junto das escolas ou expressão da vontade destas face ao MEC?



As questões levantadas nestas três perguntas assumem grande complexidade. Está em foco a vida universitária nos seus mais profundos aspectos. Não são assuntos que possam ser resolvidos sem um debate amplo. Um debate estimulado, preparado, dinamizado, inclusivamente pelo próprio Ministério. Há que ouvir

a opinião dos que sentem no dia-a-dia e com maior intensidade os problemas da Universidade portuguesa, que continua mergulhada numa crise a que a direita não pode fugir de responsabilidades (como se justifica, por exemplo, que haja professores universitários com salários em atraso?).

A boa manobra autocrática,

o Ministério da Educação, pela boca do secretário de Estado do Ensino Superior, afirma pura e simplesmente que não vê necessidade de qualquer debate ou audição prévia sobre o assunto com as Associações de Estudantes, expressão democrática e objectiva da vontade estudantil livremente expressa. É grave!



A «AD» ataca onde mais lhe interessa o sector empresarial do Estado

Números preocupantes na RN só não preocupam o Governo

A Federação revela

- Indemnização desce para menos de metade da atribuída em 1979
- Plano de actividades chumbado pelo Conselho Geral
- 34% de aumento tarifário em 1981
- Em risco reivindicações salariais de 14 mil trabalhadores
- Quase 1 milhão de contos só de juros em 1981
- 400 mil contos/ano é o que renderiam os 2,1 milhões que o Governo retirou à RN
- Conselho de gerência pede a demissão



determinam para esta empresa um aumento anual de encargos normalmente inferior a 1 milhão de contos, o que quase equivale ao aumento dos juros que a empresa terá de suportar em 1981 devido àquela acção do Governo. Só os 2,1 milhões de contos postos num banco a prazo dariam um rendimento superior a 400 contos ano.

Por outro lado, a decisão governamental de reduzir as indemnizações à grande empresa nacionalizada não vai afectar apenas os trabalhadores da RN. Não vai afectar apenas a ampliação e a modernização da empresa. Vai ter uma repercussão directa e muito grave nos aumentos dos preços dos bilhetes e dos passes sociais.

Segundo a fonte que citámos, para 1981 já está pensado um aumento tarifário de 34 por cento.

Rejeitado o plano, o orçamento «passou»

Reunido entretanto, em Queluz, o conselho geral da Rodoviária (de que fazem parte, e estiveram presentes, os Ministérios dos Transportes, Administração Interna, Educação, Finanças, Trabalho, autarquias locais de Beja, Évora, Faro, Portalegre e Setúbal e representantes dos trabalhadores) decidiu rejeitar o plano de actividades apresentando pelo conselho de gerência para 1981. O orçamento «passou» porque os representantes dos trabalhadores e as autarquias de Beja, Évora e Setúbal se abstiveram na votação, considerando que «o orçamento deveria ser a expressão financeira do plano» contra o qual tinham acabado de votar.

A favor do plano votaram apenas os representantes dos

Ministérios e das autarquias de Faro e Portalegre.

A declaração de voto dos representantes dos trabalhadores, que rejeitaram o plano de actividades para 1981, refere omissões que o tornam inviável, designadamente como proposta de revisão do actual ASEP.

Saltando «a ausência de documentação de natureza financeira, quando ainda por cima avultam os investimentos», a declaração de voto dos representantes dos trabalhadores assinala a existência de «incoerências internas» como seja «a não consideração de objectivos específicos nas áreas de manutenção e aprovisionamentos»; lacunas de várias ordens, sobressaindo «a manutenção da estrutura e das formas de organização actual, dado não se preverem alterações nesta matéria, nem sequer um programa de desenvolvimento da utilização dos meios informáticos da empresa»; falta de «definição de critérios de selecção de investimentos»; de «elementos de natureza comercial do Centro de Mercadorias» de indicação da frota do mesmo Centro, de uma política de segurança social, de gestão de stocks, de organização e apetrechamento oficial.

Quanto a esta matéria, um documento distribuído na última sexta-feira pela Comissão Central de Trabalhadores da RN sobre a referida reunião do conselho geral que rejeitou o plano, refere que «o aumento de tarifas, anunciado pelo conselho de gerência, é da ordem dos 15 por cento para os passes e 30 por cento para os

bilhetes simples, de Janeiro a Setembro». Novo aumento médio de 20 por cento estaria previsto a partir de Outubro.

Sobre estes aumentos, acrescenta o comunicado, «os membros do conselho geral vão solicitar ao sr. ministro dos Transportes a convocação daquele órgão para a sua discussão tal como está estatutariamente estipulado».

Resumindo e concluindo...

Os dirigentes sindicais, entrevistados pelo «Circular», um deles membro da comissão dinamizadora da comissão intersindical da RN, concluem afirmando:

Em resumo, a política do Governo em relação à RN tem como objectivo provocar o agravamento de elevados prejuízos, criar grandes dificuldades financeiras à RN, impedir o seu desenvolvimento e modernização e fazer pagar aos trabalhadores e à população que utiliza os transportes colectivos as consequências da sua política contrária aos interesses do País. Ela visa, em última instância, criar condições para desmembrar a RN e entregar partes mais rentáveis aos antigos patrões. Esta política do Governo AD também tem como objectivo criar na empresa uma situação que justifique um ataque brutal às condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Recorda-se que está em curso o processo de revisão do ACT (acordo colectivo de trabalho) da RN, que envolve, como já dissemos, 14 mil trabalhadores dispostos à luta para defender os seus direitos, entre os quais se conta uma tabela salarial compatível com o aumento do custo de vida, que se apresenta como verdadeira ameaça para 1981.

O aumento das tarifas

Quanto a esta matéria, um documento distribuído na última sexta-feira pela Comissão Central de Trabalhadores da RN sobre a referida reunião do conselho geral que rejeitou o plano, refere que «o aumento de tarifas, anunciado pelo conselho de gerência, é da ordem dos 15 por cento para os passes e 30 por cento para os



Bancários contra abuso do poder e intimidação

Os membros eleitos pelas listas unitárias para o conselho geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, praticamente a única voz que democraticamente se faz ouvir entre o «coro» de silêncios que envolve os corpos gerentes daquela associação sindical fundadora da UGT, denunciava há dias num comunicado o «abuso do poder e intimidação» que se verifica no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa contra as estruturas representativas dos trabalhadores.

O conselho de gestão do BESCL, que ordenou um inquérito aos membros daqueles organismos de defesa dos interesses dos bancários dentro da empresa, é advertido pelo conselho geral (órgão deliberativo do Sindicato) de que «não são de admitir poderes ditatoriais ou inquisitoriais, arbitrários ou demagógicos com a pretensão de impedir os actos legítimos das secções sindicais e das comissões de trabalhadores».

O Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas decidiu exigir da direcção do mesmo Sindicato, onde predomina como é sabido a tendência PPD, a tomada de posição pública, clara e firme sobre todas as questões que envolvem o uso discricionário do poder na Banca, assim como a necessidade de exigir (de a mesma direcção exigir), por todos os meios ao seu alcance, ao conselho de gestão do BESCL, a anulação pura e simples do «inquérito» aos elementos das estruturas do BESCL por arbitrarias e ilegais.

Gestores eleitos

O conselho geral, que há vários meses não reunia, apesar da sua importância estatutária e da situação que se vive na Banca, criticou a direcção «pela sua passividade» perante a falta de cumprimento da Lei 46/79 (das CT's) não intervindo junto do Governo «no sentido de forçar a dar passos aos gestores eleitos pelos trabalhadores para os conselhos de gestão das instituições de crédito».

Remunerações de Dezembro

O conselho geral do Sindicato dos Bancários decidiu ainda «exigir à direcção a tomada das medidas indispensáveis à garantia da efectivação dos pagamentos referentes a Dezembro de 1980 a todos os trabalhadores da sua jurisdição sindical», contrariando a arbitrariedade do Decreto-Lei 183 F/80, que pretende submeter o pagamento de dívidas e outras remunerações à prova da entrega da declaração do imposto complementar. O conselho geral repudiou, por outro lado, o projecto governamental sobre «duração e organização temporal do trabalho» e criticou fortemente a direcção do Sindicato em matéria de orçamentos, nomeadamente no que diz respeito aos serviços de assistência médica (SAMS), os quais, segundo os eleitos pelas listas unitárias, se degradam continuamente — «realidade sentida e sofrida no dia-a-dia por todos os que têm que utilizar aqueles serviços».



Fusão nos Transportes e revisão salarial

Os três Sindicatos Rodoviários de Beja, Setúbal e Évora reuniram-se recentemente numa única associação sindical: o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários do Sul. A fusão vem reforçar a capacidade de intervenção do sector, nomeadamente no campo da contratação colectiva.

A importância da criação do novo Sindicato é de salientar numa altura em que a Federação necessita de todo o apoio, de resto já manifestado nas diligências efectuadas e a efectuar no âmbito das negociações que devem conduzir rapidamente à revisão dos contratos colectivos de trabalho assinados com as associações patronais, ANTRAP (transportes rodoviários pesados de passageiros), ANTRAM (idem, de mercadorias) e do acordo colectivo (ACT) com a Rodoviária Nacional. As tabelas salariais estão em vigor desde 1 de Novembro de 1979. Os obstáculos levantados logo de início, sobretudo pela ANTRAM, às propostas de revisão, levaram os Sindicatos reunidos recentemente a manifestar em plenário à respectiva Federação o seu apoio e a avisar as entidades patronais de que estão dispostos a recorrer «às formas de luta que entenderem necessárias, dentro do quadro constitucional e das liberdades democráticas, para obter a que as negociações sejam prejudicadas por qualquer atitude de boicote ou arrastamento das negociações».

Os trabalhadores dos vários sectores dos transportes devem, segundo o plenário, manter-se mobilizados para a luta e em contacto permanente com os seus Sindicatos.



Salários e subsídios devem ser pagos em Dezembro

A ilegalidade da retenção das remunerações de Dezembro, com base na falta de apresentação de verbebo do imposto complementar, continua a ser denunciada por estruturas representativas dos trabalhadores em empresas e serviços, pelos sindicatos e por todo o Movimento sindical. Num comunicado da CGTP-IN, que já por várias vezes tomou posição contra o diploma do Governo que impõe aquela limitação inconstitucional ao pagamento de salários, é reafirmada a exigência da revogação do respectivo decreto da «AD». O Provedor de Justiça já foi solicitado pela Central no sentido de ser reposta a legalidade. Além do mais que provada inconstitucionalidade da medida contra os salários e os subsídios de Dezembro, a CGTP-IN salienta novamente que o decreto não é aplicável este ano. A sua «não aplicação pelas entidades patronais não pode dar lugar a quaisquer sanções». Ninguém deve ser privado das remunerações a que tem direito pelo facto de não apresentar esta ou aquela declaração, este ou aquele verbebo. Esse é o objectivo fundamental que a CGTP-IN aponta às organizações sindicais que porventura tenham de resolver situações concretas desse âmbito em qualquer local de trabalho.

O Governo não cumpre o ASEP, que o mesmo é dizer o Acordo de Saneamento Económico e Financeiro assinado com a direcção da Rodoviária Nacional em 1978.

A RN, empresa nacionalizada, enfrenta por esse motivo vários problemas que exigem solução urgente, numa altura em que o próprio conselho geral acaba de rejeitar o plano de actividades proposto pelo conselho de gerência para 1981.

Segundo uma entrevista com dois dirigentes sindicais, publicada pelo «Circular», órgão mensal da Federação dos Ferrovários, esses problemas económicos e financeiros «gravíssimos» podem «pôr em perigo, mesmo a curto prazo, a sobrevivência dessa grande empresa nacionalizada».

A RN, que emprega actualmente 14 mil trabalhadores, tem direito, segundo o ASEP, a ser indemnizada pelo Governo porque fornece à população um serviço social por um preço inferior ao custo desse serviço.

Cálculos avalizados pelo próprio conselho de gerência da RN, que, embora da confiança da «AD» acaba de «pôr os seus lugares à disposição do Governo», revelam que o Estado deveria pagar em 1980 um total de 1840 mil contos à RN.

No entanto, o Governo regateou essa verba de tal forma que se recusa a pagar mais de 450 mil contos de indemnização.

Esta última quantia, que não chega a atingir metade da que foi paga em 1979, tende a colocar a Rodoviária perante dificuldades insólitas. Como assinalam com razão os dirigentes sindicais, em 1980 têm aumentado os preços de tudo o que a RN é obrigada a comprar.

Mas o ataque vai mais fundo. Como a Federação dos Transportes Rodoviários e Urbanos, já denunciou, o Governo, através de um

despacho publicado em Setembro de 1980 e assinado pelo secretário de Estado do Tesouro e pelo dos Transportes, anulou a dívida do Estado à RN no valor de 669 313 contos relativamente aos anos de 1978 e 1979. Por outras palavras, a Rodoviária foi defraudada nessa altura pelo Governo em quase 700 mil contos.

A RN não nada em dinheiro

Não é novidade para os trabalhadores que a RN precisamente no ano de 1979, em que se previa pela primeira vez

um resultado positivo, acabou por fechar as suas contas com prejuízo. O «rombão» provocado pelo Governo teve naturalmente reflexos a vários níveis. Um dos mais importantes é o aumento dos juros bancários.

Em 1981, a RN terá de pagar quase um milhão de contos de juros, quando em 1980 essa importância não foi além dos 500 mil contos.

Para que se possa ficar com uma ideia do que representa o aumento de despesas, só com os juros em 1981, basta dizer que as reivindicações apresentadas pelos 14 000 trabalhadores da RN

SE/ITT O Sindicato não desiste

● O ministro sai pela cave

«A ofensiva jurídica do Governo, através da Secretaria de Estado e Emprego, contra o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, que suspendeu em Julho passado o despedimento colectivo da Standard Eléctrica/ITT esta neste momento derrotada. O Supremo (STA) ao rejeitar com um espírito de insenção e dignidade os embargos e a nulidade do referido acórdão reafirmou a validade da decisão inicial a qual, recorde-se, é de acatamento imediato». Isto quer dizer, segundo o Sindicato (SIESI) das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, de que citamos um comunicado recente, que o Governo, através da Secretaria de Estado competente, que depende como se sabe do Ministério do Trabalho tem de acatar a decisão do STA, ordenando a reintegração dos despedidos nos seus postos de trabalho.

Porém, segundo o SIESI, cuja posição aqui temos referido com frequência, desta vez, o «chefe de gabinete do secretário de Estado de Emprego, numa atitude, no mínimo insólita afirmou expressamente recusar-se a notificar a empresa nesse sentido, manifestando a intenção de apenas lhe enviar as cópias das últimas decisões do STA (incluindo o desatendimento da dedução de embargos) e referindo que (textual) nada nos diz que a Standard Eléctrica vá cumprir o acórdão». Para além dos comentários justos que o sindicato alinha sobre o assunto, condenando a atitude daquele alto funcionário, e do departamento governamental que afinal representa — o Ministério do Trabalho — convém reter na memória mais esta atitude submissa e demissionária de um representante do Governo de um país soberano perante uma empresa estrangeira, uma multinacional que se instalou aqui sobretudo para explorar uma mão-de-obra barata, dócil e indefesa, mas que acabou por revelar não ser nada disso, dispondo de meios e de solidariedade para defender os seus interesses.

O SIESI vai, entretanto, continuar com as diligências junto das entidades oficiais e «manterá os trabalhadores mobilizados para a luta no campo sindical».

O SIESI não abandonará também as «diligências para alargar a gigantesca onda de solidariedade que tomou já este processo num caso de verdadeiras dimensões nacionais, na luta dos trabalhadores portugueses contra a injustiça, as arbitrariedades e as ilegalidades do capital multinacional e do Governo «AD» seu serventúrio fiel».

Os estratagemas do ministro

A associação sindical que representa a maioria dos trabalhadores da Standard/ITT (Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas — SIESI), ao referir-se, num comunicado de 18 do corrente, às tentativas da direcção do sindicato e de trabalhadores despedidos para falar com o ministro do Trabalho, acusa aquele membro do Governo de «furtar-se a quaisquer contactos com as trabalhadoras e o SIESI, recorrendo mesmo a estratagemas rocambolésicos e ridículos». Conta o Sindicato que, no passado dia 16, terça-feira, Eusébio Marques de Carvalho, no fim da reunião do Conselho de Ministros, saiu pela cave do edifício, para ludir as trabalhadoras e os representantes sindicais que o aguardavam. No dia seguinte, na impossibilidade de utilizar a fuga pela «porta do cavalo» no átrio do ministério, o ministro utilizou o processo dos safanões a esmo para afastar as incómodas trabalhadoras e recusar qualquer explicação quanto ao silêncio daquele departamento governamental face à sua reintegração como o respeito pela legalidade impõe.

Despedimentos Forte ameaça nos têxteis

● «Reestruturação» na Mindelo



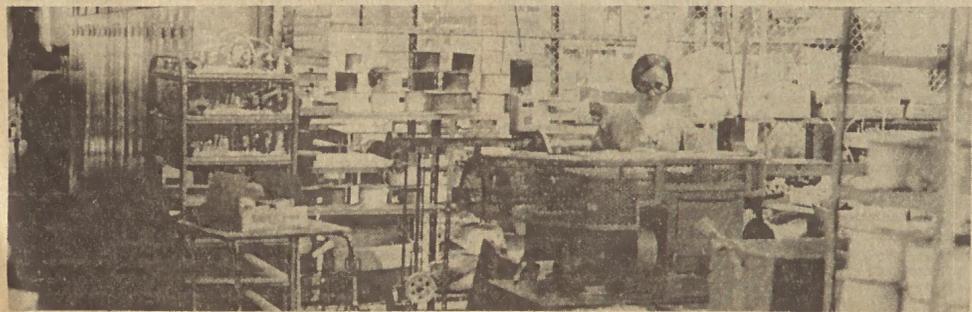
Estarão na agenda do Governo, deste Governo ou do que vier, 45 mil despedimentos, só no sector têxtil, até 1985?

A pergunta, que não somos os primeiros a fazer, saiu da delegação de Vila do Conde do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis dos Distritos do Porto e de Aveiro como afirmação convicta, num comunicado já referido por outros jornais e que inicialmente foi distribuído aos trabalhadores da Sociedade Industrial do Mindelo.

Um relance mesmo curto do que vai por essa Europa da CEE, neste caso a Europa dos interesses do grande capital no capítulo dos despedimentos, não nos leva a duvidar da acuidade da prevenção lançada pelo Sindicato, nem dos números redondos que refere.

A delegação sindical que denuncia vários aspectos da repressão naquela empresa (inclusive a admissão de ex-comandos da «Fidelis» que já agrediram trabalhadores) salienta, nomeadamente, «as razões que levaram a administração a impedir a actividade sindical e a eleição da CT: transformar a Sociedade Industrial do Mindelo na empresa têxtil que mais lucros dá aos patrões e que mais explora os trabalhadores». São 1400 esses trabalhadores. Parte deles, e não pequena, é contratada a prazo. Recentemente, com a ajuda de técnicos estrangeiros, que vieram ajudar nos processos repressivos, os operários ficaram com mais máquinas a seu cargo. Os «técnicos» chamam a isso «reestruturação». Mas os trabalhadores e os Sindicatos sabem do que verdadeiramente se trata: reduzir os postos de trabalho; despedir primeiro os contratados a prazo e depois outros, outras...

Os trabalhadores estão organizados na empresa. E não é de hoje a luta que mantêm contra a repressão, pela realização legal de plênários no local de trabalho, pelo cumprimento integral da contratação, pela entrada de dirigentes sindicais na fábrica sempre que necessário, e ainda contra a actividade divisionista de elementos ligados à UGT no sentido de os isolar e impedir que desempenhem o seu triste papel de lacaios do patronato. Os trabalhadores estão organizados na empresa. Saberão defender os seus postos de trabalho e todos os seus direitos como já o fizeram noutras ocasiões.



República de Cuba

"Devemos converter-nos mais do que nunca num povo de trabalhadores e soldados"

— sublinhou Fidel no encerramento do 2.º Congresso

Um grandioso e entusiástico comício, a que assistiram mais de um milhão de pessoas, fazendo transbordar a histórica Praça da Revolução — palco tradicional das grandes manifestações de massas do povo cubano —, encerrou no passado sábado o II Congresso do Partido Comunista de Cuba, cujos trabalhos apontaram para duas conclusões fundamentais: a necessidade do trabalho, do impulso da produção, e a necessidade da defesa, da preparação de todo o povo perante a eventualidade de uma aventura militar do imperialismo. «Devemos converter-nos mais do que nunca num povo de trabalhadores e de soldados», sublinhou Fidel no comício, sob os prolongados aplausos da multidão, que constantemente agitava milhares de bandeirinhas de Cuba e do Partido.

Durante quatro dias, o Congresso, na sequência de um amplo debate que se prolongou durante meses, discutiu e aprovou por unanimidade, nomeadamente, dois documentos da máxima importância para o futuro do povo cubano: os Estatutos do Partido e as Orientações Económicas e Sociais para o Quinquénio 1981-85.

O anteprojecto de modificação dos Estatutos tinha sido discutido por todo o Partido, com a participação de 83 por cento dos mais de 400 mil militantes e aspirantes (segundo os Estatutos, para se ser admitido como militante é necessário ter permanecido pelo menos um ano na condição de aspirante). Quanto ao documento sobre as Orientações Económicas, no seu debate prévio intervieram mais de dois milhões e meio de operários, camponeses e trabalhadores em geral, os quais formularam mais de sete mil propostas de alteração, parte das quais foram incorporadas no texto agora aprovado pelo Congresso e que servirá de base à elaboração definitiva do Plano Quinquenal.

Estes números dão conta dos estreitos vínculos existentes entre o PCP e o povo cubano, entre o Partido e as massas, realidade esta que durante estes dias, em ocasionais

no desenvolvimento económico.

Mas se é notável a obra realizada pelo povo cubano, não é o menos a sua firmeza

Do nosso enviado especial FERNANDO CORREIA

conversas de rua ou no interior do Palácio das Convenções, o belo e moderno edifício onde se realizou o Congresso, largamente pudemos comprovar. Realidade que, como não podia deixar de ser, está na base dos grandes êxitos da Revolução Cubana.

Êxitos indimentáveis

Não deixa efectivamente de impressionar qualquer visitante a extraordinária obra realizada pelo povo cubano e a sua vanguarda organizada, em apenas pouco mais de vinte anos e sob as ameaças e os a ocupar papel preponderante

combativa, o seu ardor revolucionário, a sua fidelidade aos princípios. Os dois aspectos, aliás, estão obviamente relacionados.

Será para nós impossível esquecer a entusiástica e espontaneidade, a impressionante adesão com que os delegados, no Palácio das Convenções, e a multidão, na Praça da Revolução reagiram às palavras de Fidel a este respeito. Se outras provas não houvesse, estas bastariam para mostrar que o povo cubano, se é reduzido no número, é enorme no espírito de luta e na determinação de defender a sua Pátria e a sua Revolução, na fidelidade

intransigente ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo.

«Os princípios não são negociáveis»

«A força de um país pequeno como Cuba não é militar, não é económica: é moral» — afirmou Fidel na primeira sessão do Congresso, para acrescentar, após se ter referido às ameaças, ataques e pressões do imperialismo nos últimos vinte anos: «Não retrocedemos, não fizemos uma só concessão ao imperialismo; não renunciámos a uma só das nossas ideias nem dos nossos princípios revolucionários».

Noutro passo: «A burguesia às vezes chama revolucionários a verdadeiros reaccionários. Não podemos negar que quem luta pela independência da sua pátria num país colonizado ou neocolonizado e quem luta pela liberdade num país tiranizado é um revolucionário. Mas só há

mais: encarna a ideia do internacionalismo, quer dizer, a fraternidade, a solidariedade, a cooperação entre todos os homens e povos do mundo. E quando se unem as ideias de independência, da liberdade, da igualdade, da justiça e da fraternidade entre os homens e povos, estas ideias são invencíveis».

«É isso que nós queremos ser: comunistas! Isso queremos continuar a ser: comunistas! Isso é o nosso Congresso: um ataque constante do imperialismo. De um país miserável, oprimido e colonizado, Cuba transformou-se num território libertado da exploração do homem pelo homem, onde o desemprego não existe, a saúde e a educação estão garantidas, o bem-estar e o nível de vida melhoram todos os dias.

Conforme se assinala no Relatório do Comité Central apresentado ao Congresso por Fidel durante as oito horas da primeira sessão de trabalhos

condições para uma maior eficiência na utilização dos nossos recursos produtivos. Foram cinco anos de êxitos significativos no nosso desenvolvimento económico e nos propósitos de satisfazer cada vez mais as necessidades do nosso povo».

É certo que nem todas as metas programadas no I Congresso foram alcançadas, no que respeita ao plano económico. Os previstos seis por cento do crescimento anual só foram alcançados em duas terças partes. Mas para este resultado tiveram influência decisiva causas de natureza objectiva, de carácter externo — a drástica queda dos preços do açúcar, a inflação mundial, a deterioração das relações de intercâmbio com os países capitalistas e o agravamento da crise económica internacional —, e interno — nomeadamente doenças e pragas que destruíram, só no último ano, uma terceira parte das plantações de cana e 90 por cento do tabaco.

Não obstante tudo isto, o balanço dos últimos anos feito pelo II Congresso pôde ser francamente positivo: o crescimento médio anual do Produto Social Global foi de 4 por cento, o que se considera aceitável; a produtividade do trabalho cresceu 3,4 por cento ao ano; incrementaram-se as exportações e substituíram-se importações, nomeadamente as procedentes dos mercados

capitalistas; a industrialização, tal como fora previsto, passou Congresso dos comunistas e do povo que os apoia, um povo de comunistas. Não existiu, não existe nem existirá força no mundo capaz de o impedir».

E, a terminar, uma frase que a imprensa do dia seguinte publicaria em grandes manchetes de primeira página: «Os princípios não são negociáveis».

«Estamos dispostos a resistir»

Parte destas ideias seriam retomadas por Fidel — um marxista-leninista e um revolucionário que também fala com o coração — no comício de sábado à tarde, perante a multidão reunida desde as primeiras horas da tarde na Praça da Revolução, na qual sobressaía um pano com as palavras: «Cumprimos com o I Congresso/ Cumprimos também com o II/ Comandante-em-Chefe, ordene!» Em redor, apostos em edifícios, enormes painéis representavam, um, as figuras de Che Guevara e Camilo Cienfuegos; outro, Marx, Engels e Lênine e a frase «Viva o internacionalismo proletário e socialista»; um terceiro, com as figuras de José Martí e outros heróis cubanos e as palavras «O Partido é a garantia da continuidade histórica da Revolução».



«Não gostamos que nos ameacem», disse Fidel, referindo-se ao governo dos EUA e às suas pretensões de que Cuba retire dos seus combatentes internacionalistas de Angola e da Etiópia e quebre os seus laços com a União Soviética. Apoiado pelo clamor da multidão, afirmou que nem um soldado seria retirado daqueles dois países por concessão ao imperialismo, mas apenas quando não fosse preciso, por acordo com os respectivos governos.

Quanto aos laços com a URSS, afirmou que jamais eles seriam quebrados, acrescentando: «Somos um povo revolucionário, consequente, firme, leal, agradecido, porque desprezamos o oportunismo, e se nos dessem um dia a escolher entre a traição e a morte, preferíamos mil vezes a morte».

E sobre as ameaças do imperialismo de manter o bloqueio económico a Cuba, sublinhou: «que o mantenham durante cem anos, se lhes apetecer, pois cem anos estamos dispostos a resistir, se é que o imperialismo dura cem anos!»

Presença internacionalista

O prestígio e o lugar de destaque de Cuba socialista na cena internacional são factos que tiveram um significativo reflexo na presença recorde de delegações estrangeiras em acontecimentos deste género: cerca de centena e meia!

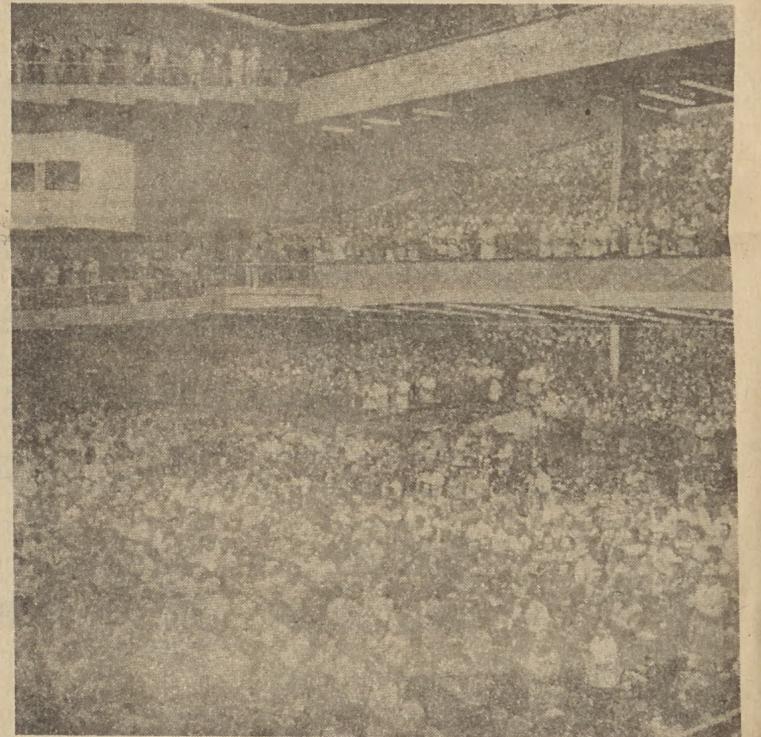
Entre elas encontravam-se a esmagadora maioria dos partidos comunistas de todo o mundo, e ainda dezenas de delegações de outros partidos e organizações progressistas, incluindo partidos socialistas e sociais-democratas, estes como observadores. De numerosos países vieram mais do que uma delegação, sendo de registar os casos do Chile e do México, cada um deles representado por sete partidos e outras organizações.

No decorrer da sessão inaugural Machado Ventura, membro do Bureau Político do CC do PCP, apresentou primeiro a delegação do PCUS, longamente aplaudida, e depois as provenientes da RDA, Angola, Bulgária, Coreia, Checoslováquia, Etiópia, Hungria, Kampuchea, Laos, Mongólia, Moçambique, Polónia, Roménia, Vietname, Iémen do Sul, Jugoslávia, seguindo-se depois as outras, por ordem alfabética. Excepto a do PCUS, todas as restantes delegações foram saudadas pelos delegados apenas com duas curtas palmas, mas mesmo assim a leitura levou mais de quinze minutos...

Apenas uma pequena parte das delegações usou da palavra perante o Plenário. Da Europa capitalista, subiram à tribuna os representantes do PCP e do PC Francês, os quais, no dizer de Fidel no comício de domingo à tarde, «expressaram o que há de melhor e mais consequente no movimento operário e revolucionário dos países capitalistas», frase esta sublinhada com os aplausos da multidão.

no mundo de hoje uma forma superior de ser revolucionário: ser comunista, porque o comunista encarna a ideia de independência, a ideia da liberdade e a ideia de verdadeira justiça e igualdade entre os homens. Encarna algo

— documento que viria também a ser aprovado por unanimidade, e que foi considerado pelos delegados «crítico, objectivo, analítico, orientador» e «um novo e brilhante exemplo que nos dá o Primeiro-Secretário do nosso Partido de como os comunistas devem analisar o seu próprio trabalho e, ao mesmo tempo, enfrentar com decisão, firmeza e serenidade as suas tarefas futuras» —, os últimos cinco anos, diz-se no Relatório, foram um período de «extraordinários avanços na organização da nossa economia, na luta por criar as



Os delegados e convidados aplaudem entusiasticamente a ratificação do camarada Fidel Castro no cargo de Primeiro-Secretário do PCP

Saudação do PCP ao 2º Congresso do Partido Comunista de Cuba

Conforme o «Avante!» já noticiou, o 2.º Congresso do Partido Comunista de Cuba encerrou-se no passado domingo, após quatro dias de trabalho em Havana. No próximo número publicaremos a reportagem sobre o Congresso do nosso enviado especial, Fernando Correia.

Entretanto, o Comité Central do PCP enviou ao CC do PCP a seguinte saudação:

Queridos Camaradas, O Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o II Congresso do Partido Comunista de Cuba, o camarada Presidente Fidel Castro, todos os comunistas e o povo cubano.

Saudamos o povo que, com coragem, resolução e firmeza, soube libertar-se da exploração, da opressão e da ignorância para criar uma pátria livre, uma sociedade justa e fraterna e, sob a orientação revolucionária do seu Partido de vanguarda, o Partido Comunista de Cuba, lançar-se com vigoroso entusiasmo na edificação do socialismo, inaugurando uma nova etapa na história da América Latina.

A República de Cuba alcançou um grande prestígio mundial pela sua política internacionalista e, é conhecida a sua importante contribuição para salvaguardar e reforçar o carácter progressista e anti-imperialista do Movimento dos Países Não Alinhados.

As grandes conquistas alcançadas pelo povo cubano na edificação do socialismo não têm sido fáceis. Elas foram obtidas apesar do bloqueio económico com que o imperialismo norte-americano pretendeu isolar Cuba, apesar das tropas americanas continuarem provocadamente instaladas em Guantanamo, apesar das persistentes campanhas de hostilidade, ameaças e provocações contra a ilha da Liberdade que põem em risco a própria paz e segurança em toda a região.

Os comunistas portugueses manifestam a sua solidariedade de combate aos comunistas e ao povo

cubanos na sua luta pelo respeito da soberania e da integridade territorial do seu país, contra o imperialismo e em defesa da sua pátria socialista. A revolução cubana constitui exemplo encorajador para todos os povos em luta contra o imperialismo, pela liberdade e pelo progresso social, em especial, para os povos da América Central e das Caraíbas.

Aqui assiste-se a um fluxo revolucionário sem precedentes. O povo da Nicarágua, conduzido pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, assim como o povo de Granada enveredaram pelo caminho de profundas transformações revolucionárias e, os povos de S. Salvador e da Guatemala lutam heróicamente de armas na mão para pôr termo às ferozes ditaduras que os oprimem. Expressando a sua firme solidariedade à luta libertadora dos povos da América Central, o PCP denuncia as tentativas do imperialismo norte-americano para liquidar as revoluções progressistas e sufocar as aspirações de liberdade, independência e progresso social dos povos da região.

No plano internacional, apesar da contra-ofensiva desencadeada pelo imperialismo, a situação continua a evoluir favoravelmente às forças da democracia, do progresso social e do socialismo.

Em contraste com a crise em que se debate o capitalismo, aumenta o papel e o prestígio da URSS e dos países socialistas; a classe operária dos países capitalistas intensifica e alarga a sua luta; o movimento de libertação na Ásia, África e América Latina desferiu golpes profundos contra o fascismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo; novos países escolhem a vida do socialismo.

As forças da paz e do progresso são mais fortes que as forças da reacção e da guerra e, se unidas, estão em condições de derrotar os planos delirantes do imperialismo, a sua política de «pólo de força», e assegurar a defesa da paz e o prosseguimento vitorioso

do processo revolucionário. O PCP considera da maior importância o reforço da cooperação e da unidade das três grandes forças da nossa época: os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

O PCP tudo fará para que, com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, se fortaleça a unidade do movimento comunista internacional, força motora e cimento insubstituível da frente mundial de todas as forças revolucionárias e anti-imperialistas.

Queridos Camaradas, Em Portugal os comunistas portugueses encontram-se empenhados em batalhas decisivas para o futuro das conquistas da revolução de 25 de Abril — designadamente as nacionalizações, a reforma agrária, os direitos dos trabalhadores — para o futuro do regime democrático e das próprias liberdades.

As forças reaccionárias, aliadas ao imperialismo, tudo têm feito para restaurar o poder político dos monopólios e dos latifúndios. Contudo, a força e vitalidade do movimento operário e popular no qual o nosso Partido desempenha um papel determinante, tem obstado no fundamental a concretização deste plano subversivo da reacção.

Quando nas eleições para a Assembleia da República de 5 de Outubro últimos os partidos reaccionários — utilizando em seu proveito o aparelho de Estado, manipulando os órgãos de comunicação social, recorrendo à demagogia e à fraude — obtiveram uma maioria de deputados e reforçaram a sua posição na Assembleia da República e no Governo, novos e sérios perigos surgiram para a democracia. As eleições para a Presidência da República realizadas a 7 de Dezembro assumiram assim uma importância extraordinária no sentido de

impedir a conquista pelas forças reaccionárias de todos os órgãos de poder político e barrar o caminho a uma nova ditadura.

A pesada derrota infligida nestas eleições ao candidato fascista constitui uma grande vitória dos trabalhadores, das forças democráticas e antifascistas do nosso país à qual o nosso Partido deu uma importante contribuição. Estes resultados eleitorais em que Otelo Saraiva de Carvalho e os grupúsculos esquerdizantes e divisionistas que o apoiaram sofreram um rotundo fracasso, criaram condições mais favoráveis para o prosseguimento da dura e difícil luta em que a classe operária e o povo português está empenhado.

O PCP — vanguarda revolucionária da classe operária e das massas trabalhadoras de Portugal — prosseguirá a sua acção no sentido de organizar, unir e mobilizar as mais amplas massas populares e todos os democratas e antifascistas para defender as conquistas de Abril e assegurar que Portugal continue pelo caminho da democracia, do progresso social, da paz e amizade entre os povos.

Queridos Camaradas, Desejando uma vez mais os melhores sucessos aos trabalhos do II Congresso do Partido Comunista de Cuba, expressamos a nossa vontade de continuar a agir para que, com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, se fortaleçam ainda mais os tradicionais laços de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os nossos dois Partidos, no interesse dos nossos dois povos e países e dos nossos ideais comuns do socialismo e do comunismo.

Viva o II Congresso do Partido Comunista de Cuba!
Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Cuba!
Viva o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário!
O Comité Central do Partido Comunista Português

A delegação do PCP contacta classe operária

Eram cinco horas da tarde da passada sexta-feira. Num pátio da fábrica de cimento «Heróis de Artemisa», a 60 kms de Havana, centenas de operários, envergando os seus fatos de trabalho, aglomerados em frente do palco ali improvisado, cantavam a Internacional, no encerramento do comício de solidariedade em que tinham usado da palavra os chefes das delegações da Tanzânia, da Noruega e de Portugal ao II Congresso.

Nesse mesmo dia, várias dezenas de outros actos semelhantes realizavam-se em outros centros de produção da província de Havana, permitindo assim um contacto mais estreito entre as delegações estrangeiras e os trabalhadores cubanos.

Uma hora antes do comício, as três delegações estrangeiras haviam chegado à porta da fábrica, encimada por um grande painel onde se lia «Hasta la victoria siempre», sendo recebidas com os aplausos entusiásticos dos trabalhadores, dispostos ao longo do caminho que conduzia à sede social da empresa. Seguiu-se aqui uma breve e cordial recepção, a que estavam presentes directores e representantes dos trabalhadores, dirigentes municipais e do Partido, e no decorrer da qual os visitantes foram informados acerca dos processos da fábrica e outros pormenores de funcionamento da empresa, onde laboram 843

Partido na empresa, que saudou as delegações estrangeiras.

Usaram depois da palavra os representantes da Tanzânia e da Noruega, cedendo a intervenção final ao camarada Octávio Pato que, dispensando a intervenção do tradutor, se dirigiu aos trabalhadores num vibrante improviso, por diversas vezes interrompido pelo aplausos da pequena multidão.

Pato enalteceu os êxitos da revolução cubana e sublinhou o seu profundo significado para a América Latina e a luta anti-imperialista em todo o mundo; abordou a situação em Portugal e a luta dos comunistas e do Povo português em defesa das conquistas de Abril; salientou a identidade de objectivos, ainda que em condições diferentes, dos comunistas e dos trabalhadores portugueses e cubanos; salientou o alto significado do espírito internacionalista do povo cubano, a sua firmeza e determinação, a sua combatividade. «Viemos aqui como comunistas, disse Pato, saímos de cá como amigos, altamente impressionados com o vosso exemplo, sensibilizados com o vosso carinhoso acolhimento, e mais seguros do que nunca de que Cuba Socialista será uma espinha que cada vez

mais se cravará na garganta do imperialismo».

A receptividade e o entusiasmo com que as palavras do dirigente do PCP foram recebidas pelos trabalhadores da «Mártires de Artemisa» comprovaram o profundo conhecimento do realidade portuguesa e o alto prestígio dos comunistas portugueses entre o povo cubano. Deambulando entre a assistência, trocando breves diálogos aqui e ali, pudemos pessoalmente testemunhar esse facto, tendo por diversas vezes escutado palavras de muito apreço e respeito pelo nosso partido e particularmente pelo camarada Álvaro Cunhal.

Após o comício, os visitantes percorreram parte das instalações fabris, regressando à sede social da empresa onde, após um alegre e amistoso convívio, se trocaram as saudações finais, tendo Octávio Pato, em nome das três delegações estrangeiras, agradecido a fraternal recepção e, por entre os aplausos dos presentes, oferecido aos trabalhadores da fábrica uma medalha comemorativa do 25 de Abril.

Encerrava-se assim uma significativa jornada de amizade e solidariedade internacionalista e que assinalou um dos pontos mais altos da presença da delegação do PCP na Cuba Socialista.

Semana

17 Quarta-feira 1918 - Proclamação da República Socialista da Letônia.

Durante a primeira sessão do Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho, José Eduardo dos Santos é confirmado como presidente da República Popular de Angola...

18 Quinta-feira 1737 - Morre em Cremona António Stradivarius, célebre fabricante de instrumentos musicais.

Aristides Pereira, presidente de Cabo Verde, procede a uma remodelação governamental nomeando um novo titular para a pasta dos Negócios Estrangeiros...

19 Sexta-feira 1955 - Independência do Sudão.

Após prolongada doença, morre em Moscovo o ex-primeiro-ministro soviético Alexei Kossyguine, tinha 76 anos...

20 Sábado 1960 - Funda-se a Frente de Libertação Nacional (FLN) do Vietname do Sul, que inicia a luta armada...

Tropas sírias de manutenção de paz no Líbano desencadeiam um ataque de artilharia contra uma concentração de tanques israelitas estacionados na faixa libanesa controlada pelas milícias fascistas...

21 Domingo 1978 - Uma sonda soviética não-tripulada pouso suavemente em Vénus e transmite informações durante duas horas.

De acordo com estatísticas da CEE, dois dos seus membros, a Bélgica e a Irlanda, já ultrapassaram os 10% de desempregados entre a população activa enquanto o conjunto da Comunidade atingiu no mês passado os 7,6 milhões de desempregados...

22 Segunda-feira 1905 - Insurreição dos operários de Moscovo.

O ditador das Filipinas, Ferdinand Marcos, ordena o "desmantelamento" dos tribunais marciais que julgam civis, apresentando o facto como "um passo" para o levantamento da lei marcial prometida para o próximo mês...

Ataque ao Líbano, ameaças à Síria povo palestino é o alvo principal

No fim de Novembro, Yasser Arafat, presidente da Organização de Libertação da Palestina, afirmou na Universidade Árabe de Beirute, no sector ocidental da capital libanesa: «Eles (os israelitas) transferiram uma brigada blindada em direcção a Kfar Shouva, o que significa uma ameaça para as forças mistas palestino-libanesas. Mas querem atacar depois as forças sírias».

Os factos viriam a comprovar estas palavras. Na mesma semana a Jordânia deslocava 22 mil soldados para a fronteira com a Síria, após uma «notícia» difundida por Israel segundo a qual a Síria teria planos de invasão da Jordânia...

Há dias, e após ataques sucessivos de Israel contra o sul do Líbano, tropas e helicópteros sionistas, apoiados por uma barragem de foguetes e artilharia, penetraram no sul do Líbano, matando três sírios da Força de Manutenção da Paz estacionada no Líbano desde Novembro de 1976 e cinco palestinos...

Como pano de fundo de situações tão graves como a criada pela guerra entre o Iraque e o Irão, desdobram-se assim os diversos focos de tensão no Médio Oriente, desta ou daquela forma ligados a múltiplas e sistemáticas ingerências dos EUA na zona:

importações aumentaram cerca de 90 vezes e os preços dez. Os EUA consomem, hoje em dia, metade da gasolina, e um terço da energia produzida no planeta. Como, simultaneamente, criam as suas próprias reservas, acabam por transferir, de facto, para o seu território, os jargos do terceiro mundo.

Neste momento a reacção internacional está novamente a desenvolver ataques contra a OPEP porque esta organização aumentou 10 por cento o preço das ramas, ignorando, entretanto, que este acréscimo de preços ainda é inferior ao da inflação no mundo capitalista desenvolvido.

O problema petróleo ganha neste momento outra dimensão. A guerra entre o Iraque e o Irão, constituindo um gravíssimo ponto de tensão, assume neste momento também a forma de destruição de fontes de energia. Ambos os países suspenderam as suas exportações para o exterior da riqueza que é sustentáculo fundamental da sua economia.

A questão petróleo

O ministro saudita Zaki Yamani, responsabilizou as companhias petrolíferas norte-americanas pelos aumentos de preços que venham a ser estabelecidos. Os preços não sofreriam grandes alterações se a que as companhias utilizassem as enormes reservas de que dispõem e com que obtêm lucros fabulosos. Trata-se da opinião de um ministro saudita, ou seja, participante de um governo que os EUA consideram, não por acaso, seu amigo e aliado.

momento os combates destruíram já parcialmente os principais oleodutos e as refinarias de Abadan, Teerão, Bagdad e Bassora, as estações de bombagem e terminais petrolíferos em Abadan, na ilha de Khark e em Fao, além de numerosos reservatórios de petróleo. As explorações petrolíferas também sofreram prejuízos.

O problema central

Na multiplicidade de questões candentes que se vivem no Médio Oriente, e que passam também por problemas internos no próprio Irão e no Iraque e pela questão dos reféns norte-americanos, de que o processo de libertação se arrasta interminavelmente o sabor das nuances de política interna e externa dos EUA — um problema central não pode ficar esbatido: os palestinos.

A Assembleia Geral da ONU exigiu a retirada completa de Israel de todos os territórios árabes ocupados e criticou uma resolução do Conselho de Segurança por não atender ao «futuro e direitos inalienáveis do povo palestino». Paralelamente à luta que prossegue nas regiões ocupadas por Israel, os dois presidentes das câmaras da Margem Ocidental ocupada entraram em greve da fome na sede das Nações Unidas contra a ordem de expulsão de Israel contra eles determinada.

Nas zonas ocupadas por Israel, em diversos países árabes onde se acolhem e lutam os palestinos, a nível internacional, prossegue assim a batalha para resolução do problema central no Médio Oriente, que certamente determinará muito do futuro desta zona: a exigência de uma pátria para o povo palestino.



A firme determinação do povo palestino em construir uma pátria livre e independente é mais forte que as constantes agressões do sionismo

A preocupante escolha do general Haig

O gabinete de Reagan está praticamente escolhido. No seu conjunto, pode-se dizer que não traz novidades e se coaduna com a política defendida pelo presidente eleito.

Como é normal num governo de qualquer país capitalista, os escolhidos são gente ligada ao grande capital e, neste caso, vários antigos membros da administração Nixon. Os exemplos abundam. O secretário da Defesa será o director financeiro de Reagan, quando este era governador da Califórnia. O secretário do Tesouro, Donald T. Reagan, é presidente da maior empresa de investimentos norte-americana. A secretaria da Agricultura é entregue ao proprietário agrícola, John Block, que pertence à organização de agricultores mais conservadora dos Estados Unidos.

O "falção" Haig

O general reformado Alexander Haig foi o nome indicado pelo presidente eleito para seu secretário de Estado. Trata-se de um preocupante indicativo quanto às intenções do novo presidente norte-americano no domínio da política externa e é, simultaneamente, a figura mais contestada entre as várias que são postas em causa no novo executivo.

neamente, a figura mais contestada entre as várias que são postas em causa no novo executivo.

Ao escolher o "falção" Haig para chefiar o Departamento de Estado, Reagan deu o tom do que vai ser a sua política externa — uma política de ingerência e de agressão, uma política que não serve os interesses da paz.

Haig destaca-se por uma trajectória política de defesa sistemática do caminho da força. Foi comandante supremo da NATO, é partidário da bomba de neutrões, defende globalmente a via da força nas relações com os países socialistas, em particular a União Soviética. Na guerra do Vietnam, defendeu a utilização de meios nucleares, assim como a colocação de minas e bombardeamentos no Vietnam do Norte. Apelou para acções como o bombardeamento da Coreia do Norte após um avião de reconhecimento norte-americano ter sido abatido em 1969. Por outro lado esteve intimamente ligado ao escândalo Watergate, o que lhe vale, neste momento, a oposição de representantes do Partido Democrático no Senado.

Reacções internacionais

O significado evidente desta escolha provocou desde já bem diferenciadas reacções internacionais. Israel, o Egipto, a RFA,

congratulam-se com a escolha de Reagan. A França e a Grã-Bretanha recusam-se a fazer comentários oficiais. A profunda preocupação, na América Latina, de um apoio mais total de Reagan às ditaduras militares reaccionárias, tem levado a reacções como a da Cimeira de Santa Marta, que reuniu na Colômbia o primeiro-ministro espanhol e os presidentes da Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Costa Rica, Panamá, El Salvador e República Dominicana, e que aprovou uma declaração em que se salienta que a democracia é necessária ao progresso económico da América Latina. No II Congresso do Partido Comunista de Cuba, Fidel Castro lembrou a hipótese levantada pelos conselheiros de Reagan durante a campanha eleitoral de um bloqueio a Cuba e destacou que a eleição de Reagan introduziu "um elemento perturbador e até mesmo perigoso nas relações entre Cuba e os Estados Unidos". O diário soviético "Pravda" critica a nomeação de Haig, salientando que "a administração americana está a construir uma atmosfera de psicose anti-soviética de forma a levar por diante os planos de rearmamento da NATO e a encorajar os elementos anti-socialistas na Polónia a continuarem as suas acções subversivas".

América Latina é um continente em luta

"Revolução ou morte!" é a palavra de ordem da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional de El Salvador, país que pode hoje ser justamente considerado expoente do movimento revolucionário que trava em América Latina, pondo em causa as diferentes fórmulas do imperialismo para superar a seu conteúdo uma situação de evidente instabilidade: as vias reformistas e a intensificação da repressão.

A expulsão da Junta do coronel Majano (por acusar o governo de tolerar a violência da extrema-direita, recusando simultaneamente o cargo de adido militar na embaixada de El Salvador em Madrid) e a sua posterior passagem à clandestinidade, formando-se um governo ultraconservador e entregando o comando absoluto das Forças Armadas ao coronel ultradireitista Jaime Gutiérrez — reflecte um endurecimento da luta, o constante alargamento da base sociopolítica da unidade da oposição.

A luta que neste momento se trava em El Salvador — entre uma Junta apoiada abertamente pelos EUA e o movimento unido de praticamente todo o povo salvadoreño — é de facto uma luta de vida ou de morte, uma quotidiana luta armada, em que as forças revolucionárias têm as suas frentes de batalha e zonas libertadas. O saldo de mortes é impressionante, chegando a atingir mais de 60 por dia, ou traduzindo-se em factos como o massacre de camponeses apanhados no fogo cruzado das tropas de El Salvador e das Honduras. Militantes e dirigentes da Frente Democrática Revolucionária são presos e assassinados, como foi o caso recente do assassinato de cinco dirigentes da FDR.

O auxílio dos EUA à Junta é claro e múltiplo. Em Outubro, o porta-voz da Secretaria de Estado norte-americana, John Trainer, confirmou que os EUA estão a treinar militares salvadoreños, sendo "justificada" tal colaboração como um "vasto programa de reciclagem, ministrado por monitores

norte-americanos a soldados e oficiais dos exércitos dos países amigos". O semanário oeste-alemão "Der Spiegel" divulgou recentemente um estudo apresentado por um grupo de diplomatas norte-americanos, em que se prevê a próxima intervenção dos EUA em El Salvador, com base em elementos significativos: as bases dos EUA no Panamá estão a armazenar grande quantidade de armamento; a Argentina, o Chile e o Uruguai têm vindo a participar nos treinos do exército salvadoreño; os grandes investimentos económicos de Washington em Salvador.

Estes factos confirmam a análise da Frente Farabundo Martí, chocando-se simultaneamente com a envergadura da luta popular, com a unidade militante de todos os sectores da população não ligados ao imperialismo.

traduz a importância da resistência popular ao golpe militar inequivocamente apoiado pelos EUA. Na verdade, apesar de Washington condenar formalmente o novo regime, apoia na prática os generais fascistas. Os bancos privados dos EUA concordaram em adiar o recebimento das dívidas da Bolívia que montam a 172 milhões de dólares. Foram iniciadas conversações acerca da transformação do pagamento dessas dívidas em empréstimos a médio prazo. O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) concedeu à Bolívia um crédito de 86 milhões de dólares. O FMI emprestou à Junta 17 milhões de dólares...

O mais flagrante caso actual de tentativa de maquiagem uma ditadura fascista e de frontal resistência popular é o do Uruguai. O referendo da proposta de cons-

tituição apresentada pela Junta fascista e com que se pretendia legalizar a eternização do domínio militar no país foi derrotada. Apesar das prisões e dos desaparecimentos, apesar das promessas de uma pretensa abertura e das ameaças, a proposta de constituição governamental foi derrotada por 58 contra 42 por cento. Mais de um mês antes do referendo, o contra-almirante Rodolfo Invidio, afirmava: "Se o plebiscito for desfavorável, não poderá haver eleições em 1981 e tão pouco poderá haver funcionamento dos partidos nesse ano".

Numa situação altamente repressiva, o povo do Uruguai soube dar a resposta adequada à Junta. Não a uma mascarada de abertura. Sim a verdadeira democracia. Uma exigência que é comum a todos os povos oprimidos da América Latina.



Em El Salvador, como noutros países da América Latina, o que está em causa é a necessidade de derrotar os aliados locais do imperialismo americano

Nicarágua — a revolução sabe defender-se

A conspiração tem sido uma constante desde a grande vitória do povo da Nicarágua. O Conselho de Defesa das Caraíbas, constituído pelas Honduras, El Salvador e Guatemala aprovaram uma operação militar conjunta para aniquilar a guerrilha em El Salvador e eventualmente invadir a Nicarágua. Recentemente foi descoberta uma conspiração para derrubar o governo da Nicarágua, em que estavam implicados conhecidos homens de negócios, entretanto presos. Os 10 representantes do sector privado no conselho de Estado demitiram-se, tentando provocar uma crise política que abrisse caminho à conspiração reaccionária. Mas o processo revolucionário que heroicamente se impôs contra a ditadura de Somoza, manifesta hoje a necessária capacidade de se defender e assim avançar.

Da Bolívia ao Uruguai, a luta continua

A sucessiva libertação, embora acompanhada da expulsão do país dos patriotas bolivianos presos,

Solidariedade com o povo chileno

O Comité Sindical Internacional de Solidariedade com o Chile, reiterando a «invariável solidariedade com a justa causa do povo chileno, cuja unidade e combate se fortalecem e ampliam», lançou este mês de Dezembro um apelo a «intensificar o mais decidido apoio às forças democráticas chilenas que lutam contra a tirania», que reprodizimos:

«A ditadura de Pinochet acentua a repressão contra as forças democráticas chilenas. São frequentes as prisões massivas em diversos pontos do país, as numerosas expatriações de trabalhadores e estudantes universitários, a arbitrária destituição de direcções de centros estudantis, a expulsão ou suspensão de estudantes e, agora, a súbita suspensão do ano escolar na Faculdade de Filosofia da Universidade de Chile. «Esta onda repressiva, para além de reflectir o carácter repressivo do regime, tem em vista criar o clima de medo que Pinochet pretende para criar o ambiente necessário para «legitimar» a usurpação do poder, autoproclamando-se presidente constitucional, objectivo para que organizou a farsa de plebiscito em Setembro passado.

«Apesar da intensificação da repressão, as forças democráticas não se amedrontam, lutam resolutamente pelos seus objectivos políticos, sindicais, económicos, sociais, estudantis, profissionais, democráticos e patrióticos. Assim o demonstram: — A paralisação de alunos de várias escolas e faculdades da Universidade do Chile e a greve de fome de um grupo de estudantes do ensino superior; — A greve de mais de 50 dias dos operários da indústria têxtil "Panal" de Santiago; — O protesto do Centro do Instituto de Teatro de Santiago, contra a prisão e a tortura de numerosos artistas, cineastas e trabalhadores da televisão; — A jornada de luta dos advogados que actuam em defesa dos direitos humanos, sob a palavra de ordem "Lutar pela Penu»

implantação do Estado de Direito"; — O comunicado da Coordenadora Nacional Sindical, em que se denuncia a nova escalada repressiva da ditadura e exige o fim das prisões arbitrárias, a imediata libertação do dirigente sindical Pedro Henríquez e outros trabalhadores presos, a reintegração incondicional dos estudantes expulsos e suspensos, que se respeite o direito de viver no seu país do presidente do Partido Democrata-Cristão Aldrés Zaldivar, o retorno dos exilados, e se tomem em consideração as reivindicações dos trabalhadores em luta. «As acções referidas reflectem a convicção com que os patriotas chilenos lutam contra a ditadura, a decisão com que lutam pela liberdade, a democracia e a dignidade do homem no Chile».

Um Governo e uma política que não dão nem para o petróleo...



O comunicado com que o Ministério da Indústria e Energia anunciou o aumento de preços dos combustíveis é bem um exemplo de como o Governo da «AD», mesmo em termos de gestão (e caberia perguntar se o aumento dos preços dos combustíveis é, para este Governo, um negócio corrente do Estado), esconde a realidade da sua política económica por detrás de justificações que nada justificam.

O anúncio público de mais esta impopular medida do Governo «AD» ocorreu precisamente um dia depois da decisão tomada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de aumentarem o preço das ramas de petróleo bruto.

Muito pouco subtilmente, aliás, a nota do MIE começa por tentar estabelecer relação de causa-efeito, entre o aumento de dez por cento no preço do barril de petróleo e o aumento dos combustíveis. Trata-se de uma maneira de desviar a atenção para o essencial do problema. Que é este: este aumento do preço dos combustíveis corresponde, antes de mais, à factura das medidas eleitorais que o Governo da «AD» adoptou para o período das eleições legislativas e presidenciais.

A tentativa de justificar o aumento dos preços dos combustíveis com as decisões tomadas pela OPEP é, no mínimo, escandalosa. Para além do facto de o Governo, em menos de 24 horas, não ter tido qualquer possibilidade de elaborar cálculos, ponderar consequências, etc. — o que

demonstra à evidência o facto de estes aumentos do Governo «AD» serem a concretização de uma medida já «na calha» há algum tempo e apenas aguardando o momento oportuno (e também aqui se poderia referir o momento em que ela é tomada: preparação de um novo Governo da «AD»

gerador de algumas tensões no seio da coligação de direita, escassas horas antes de um jogo de futebol internacional e na véspera da «taluda» — o próprio comunicado do Ministério da Indústria e Energia deixa antever, a breve prazo, que os aumentos decretados pela OPEP irão reflectir-se no preço dos combustíveis portugueses.

Afirma-se, com efeito, a dado passo do referido comunicado: «sem haver porém a garantia de que ao longo do próximo ano que não sejam necessários novos ajustamentos que tenham em conta a evolução do mercado mundial de petróleo».

O comunicado governamental não diz tudo. Mas a ida do ministro Bissia Barreto à RTP, horas antes da entrada em vigor do novo preço dos combustíveis, tornou mais clara a «manobra» governamental. Bissia Barreto declarou, na RTP, que Portugal possui ainda em «stock» a quantidade de combustível suficiente para o consumo dos primeiros meses do próximo ano.

Esta declaração do ministro — produzida relativamente à questão da dificuldade de importação de petróleo em consequência do conflito Irão-

Iraque — vale por uma confissão: a confissão de que os aumentos agora decretados pelo Governo da «AD» incidem sobre «stocks» comprados a preços anteriores à decisão da OPEP e aponta para a inevitabilidade (inevitabilidade dentro dos parâmetros da política económica do Governo «AD», entenda-se) de novos aumentos no ano que se avizinha.

Mas o comunicado do MIE «destapa» também mais alguma coisa, ao afirmar que a importação das ramas petrolíferas vai custar ao nosso país, este ano, cerca de 100 milhões de contos. Trata-se de uma «revelação» deveras sintomática e que ilustra o artificialismo dos aumentos agora verificados. Acontece que, quando se verificaram os aumentos em Janeiro deste ano, o Governo «AD» justificou-os em virtude de uma facturação previsível de 120 milhões de contos. Afinal o Governo vem agora dizer que essa facturação vai cifrar-se no máximo em 100 milhões de contos, do que resulta o facto de os preços estabelecidos em Janeiro de 1980 cobrirem — e ultrapassarem — as despesas previstas com a aquisição das ramas petrolíferas. De todo este processo resulta claro o completo despropósito dos aumentos agora verificados.

Além disso, mesmo que o aumento dos preços dos combustíveis no nosso país tivesse agora sido uma consequência inevitável das decisões tomadas pela OPEP — e já ficou visto que não foi — mesmo em tal caso, a brutalidade da política económica do Governo «AD» ficaria bem exemplificada se se tiver em conta que o aumento de 10 por cento do preço do barril de petróleo traz apenas como consequência o agravamento de 3,4 por cento nas gasolinas e de 7,8 por cento no gasóleo. Ora, a realidade, é que o Governo «AD» aumentou o primeiro daqueles produtos de 11,5 por cento e o segundo de 28,6 por cento.

Mas a completa falência da política económica da «AD» é ainda confessada noutros passos do comunicado governamental. A década de 70 foi uma época de crise energética e tudo aponta para que a presente década o venha a ser também. E face a isto, que alternativas apresenta o Governo? Que estudos já promoveu ou mandou realizar? Que providências tomou?

A resposta não é difícil de encontrar: nenhuns. Aliás, à semelhança dos anteriores governos de vigência constitucional. Até ao momento, e face ao constante e regular agravamento da crise energética, o Povo português ouve os seus governantes fazerem, a este respeito, declarações piedosas. Ou tomarem, de vez em quando, algumas medidas, como a da campanha para a eliminação dos consumos supérfluos.

O comunicado do Ministério da Indústria e Energia é, neste aspecto e mais uma vez, um retrato de corpo inteiro de uma política que não serve os interesses e as necessidades nacionais; ao apelar para que «cada um e todos se esforcem por eliminar os consumos supérfluos» é caso para perguntar: a quem é dirigido este apelo? Ao cidadão particular?

Mas o consumo particular representa uma pequeníssima parte dos gastos de energia no nosso país! Então a quem? À indústria? O que o Governo não quer confessar é que a situação não se pode resolver com o apelo a medidas restritivas de consumo; não se resolve com a restrição ao consumo particular, porque os resultados seriam ineficazes; não se resolve com medidas restritivas ao consumo industrial, porque o resultado seria desastroso. O que, afinal, o Governo não quer confessar é a inexistência real de uma política industrial moderna, que «enote novas soluções energéticas» no âmbito da crise do petróleo.

Uma vez mais, e neste processo do aumento dos combustíveis, o Governo da «AD» deu ao País uma imagem real da sua «competência» e da sua capacidade de resolução dos problemas. Competência e capacidade que apenas conhece uma medida — a do agravamento das condições de vida do Povo português. O que, neste caso concreto do aumento dos combustíveis justifica que se diga, como o nosso povo: este é um governo que não dá nem para o petróleo...



Quem vai pagar a política deste Governo?



É difícil prever os resultados imediatos que o aumento dos preços dos combustíveis irá ter na vida nacional. Primeiramente, porque a este respeito o Governo da «AD» não fala claro; depois, porque constituindo esta factura — como já se viu — uma das consequências da política eleitoral do Governo, ainda aí estão para vir, a curto prazo, outras tantas de igual calibre, sendo certo que esta primeira factura irá ter na economia portuguesa um efeito de bola-de-neve, com particular e aguda incidência no aumento do custo de vida.

E de outra forma não podia ser, tendo em conta não apenas as incidências directas que o aumento dos combustíveis irão ter nos preços de produção na indústria e na agricultura, mas também o critério utilizado para os referidos aumentos.

Relativamente ao critério, há a assinalar um exemplo bem elucidativo da política da «AD». Assim, o gasóleo consumido por um automóvel de luxo aumentou 28,6 por cento, enquanto que o gasóleo para fins agrícolas aumentou 38,5 por cento, passando de 13 para 18 escudos.

Aliás, o aumento do preço do gasóleo para a agricultura foi o maior de todos os aumentos de combustível verificados. E a este dado, há a acrescentar outro: este aumento foi precedido de um outro, o dos adubos e pesticidas. Aqui a questão está em saber até que ponto o aumento dos adubos e pesticidas constituiu uma medida preparatória do aumento dos combustíveis agora verificado ou se, pelo contrário, novos aumentos dos preços desses produtos para a agricultura se avizinharam, em consequência destas medidas agora decretadas.

A tal respeito, o Governo nada diz, limitando-se a afirmar, e como piedosa declaração de intenções, que para a agricultura e pescas praticar-se-á respectivamente o sistema de devolução e bonificação, posto em vigor este ano, o que permitirá diminuir o impacto da subida de preços do gasóleo para estas actividades.

O que acontece é que, no caso concreto da agricultura, o aumento verificado é o maior do todos, ao mesmo tempo que o sistema de devolução, mantendo o mesmo valor

absoluto, não diminui realmente tal impacto. A inabilidade governamental aqui revelada tem uma razão de ser: é que o sistema de devolução foi instituído em plena campanha eleitoral e, agora, vivemos em tempo de facturas...

E o impacto dos aumentos é elevado em diversos sectores — chave da economia nacional, de acordo com dados já divulgados em diversos órgãos de Informação. Na electricidade, a estrutura dos preços será agravada em 11 por cento, em virtude do aumento de 20 por cento do preço do fuel; no sector dos transportes, o aumento dos combustíveis irá ter um reflexo variável entre 3 e 10 por cento (5,5 por cento nos automóveis ligeiros de passageiros, 4,5 por cento nos transportes rodoviários pesados, 10 por cento nos transportes urbanos). Na produção de cimento, o agravamento é da ordem dos 7 por cento, enquanto que nas indústrias de fundição o impacto atinge os 2,2 por cento. Quanto à agricultura, o impacto é muito variável mas prevê-se que, por exemplo, na cultura de arroz, haverá um acréscimo de 24 centavos por quilo e, na cultura do tomate, um acréscimo de 5 centavos por quilo.



Quem ganha com a «crise»? Quem a sustenta?



O aumento dos combustíveis é uma questão na ordem do dia. A nível nacional porque caracteriza uma política contrária aos interesses nacionais; a nível internacional porque pode fornecer mais alguns dados que possibilitem compreender quem lucra com os cíclicos aumentos dos preços do petróleo.

Quanto à primeira questão, os materiais que junto publicamos dão uma ideia bem nítida de como este Governo se tem revelado totalmente incapaz de resolver os problemas colocados pela crise energética. E repare-se que incapaz não diz tudo acerca da política do Governo, uma vez que, como se viu, os aumentos agora decretados pelo Ministério da Indústria e Energia não se referem ao recentes aumentos das ramas petrolíferas, mas tão-só ao pagamento da factura das medidas eleitorais tomadas pelo Governo da «AD» nas vésperas de 5 de Outubro. Além disso, deve-se constatar o facto de ter sido este o segundo aumento dos combustíveis decretado no prazo de um ano pelo mesmo Governo.

Relativamente ao plano internacional, a pergunta que se coloca é esta: quem lucra com os sucessivos aumentos do preço das ramas petrolíferas?

A tendência para considerar os países exportadores como principais e únicos beneficiados não é correcta. Ou melhor: é incorrecto considerar que todos os países capitalistas sejam da mesma maneira atingidos por medidas deste tipo tomadas por uma organização de países onde as grandes potências do sistema capitalista mundial não se encontram, pelo menos directamente, representados.

A questão assim colocada remete-nos directamente para as grandes multinacionais do petróleo. Atente-se, por exemplo, nos lucros apresentados pelas principais multinacionais do petróleo correspondentes, apenas, ao terceiro trimestre de 1979 e à variação relativamente ao mesmo período de 1978, de acordo com os dados publicados no n.º 28 da revista «EC» e baseados em dados de fonte insuspeita, a publicação «Economic Impact», dos Estados Unidos da América. Assim, temos:

TEXACO	612,2 milhões de dólares.....	mais 210 por cento
SOHIO	366,2 milhões de dólares.....	mais 190 por cento
CONOCO	247,1 milhões de dólares.....	mais 135 por cento
MOBIL	595,0 milhões de dólares.....	mais 130 por cento
EXXON	1145,0 milhões de dólares.....	mais 125 por cento
GULF	416,0 milhões de dólares.....	mais 102 por cento
SHELL	393,0 milhões de dólares.....	mais 70 por cento
AMOCO	433,8 milhões de dólares.....	mais 45 por cento
ARCO	320,4 milhões de dólares.....	mais 40 por cento

Comentando estes resultados, afirmava-se muito justamente na revista «EC»: Os lucros apresentados pelas principais multinacionais do petróleo, só no terceiro trimestre de 1979, são só por si reveladores de quem ganha com a «crise» (e, consequentemente, podemos desconfiar de quem a sustenta...).

Estas grandes multinacionais do petróleo, a maior parte delas norte-americanas na sua origem, participam muitas vezes directamente na produção e exportação do petróleo dos países integrados na OPEP. Daí que sejam estes potentados os principais beneficiados com a «crise» gerada pelos aumentos constantes dos preços do petróleo.

Entretanto, a questão de saber quem lucra com esta situação não se fica por aqui. O aumento dos combustíveis é uma arma utilizada nas rivalidades intercapitalistas pelos países menos dependentes da importação contra os países dela total ou parcialmente dependentes. O imperialismo americano encontra-se entre os primeiros e não é difícil verificar que a presente crise energética derivada do aumento dos preços do petróleo favorece a política de chantagem exercida pelos Estados Unidos relativamente aos países industrializados no âmbito da política internacional.

Combustíveis: a primeira factura

1. Os fortes aumentos dos preços dos combustíveis decretado pelo Governo da «AD», somados a outros importantes aumentos de preços já ocorridos (adubos, pesticidas, água, etc.) demonstram que, como o PCP oportunamente preveniu, uma vez ultrapassadas as campanhas eleitorais, depressa a «AD» abandonaria a demagogia eleitoralista e passaria a apresentar ao povo português a extensa factura da sua verdadeira política económica e social.

2. É necessário denunciar com toda a firmeza que o Governo, ao empolar, através da comunicação social que controla, a questão dos aumentos das ramas petrolíferas, procura tão somente arranjar uma falsa cobertura e justificação para a alta geral de preços que de há muito prepara para os primeiros meses de 1981. O Governo da «AD» procura assim furtar-se desde já às suas responsabilidades num acentuado agravamento das condições de vida da população, sacudindo-as hipocritamente para cima de factores externos, ao mesmo tempo que tenta empurrar a opinião pública para uma atitude de passiva aceitação e conformismo perante uma política económica que, incapaz de afrontar os problemas de fundo da situação económica nacional, se orienta predominantemente para a imposição de gravosos e injustificados sacrifícios à população laboriosa.

3. Com efeito, constitui um verdadeiro escândalo que, para justificar os aumentos de combustíveis por si decretados em 17/12, o Governo da «AD» venha invocar os aumentos das ramas petrolíferas anunciadas pelos países produtores no dia anterior. Semelhante pressa do Governo em alterar os preços dos combustíveis no mercado nacional muito antes de os aumentos dos preços das ramas começarem a ter reflexos no valor das importações portuguesas, mostra que o aumento agora decretado pelo Governo estava de há muito planeado e decidido e que o aumento das ramas constituiu apenas um excelente pretexto para o anunciar, evitando ao mesmo tempo transferir uma tal decisão para o próximo Governo da «AD».

4. Por outro lado, é indispensável salientar que o nível de aumentos aprovado pelo Governo excede largamente a mera repercussão nos preços internos

do aumento de 10% das ramas, uma vez que este aumento, de acordo com a composição anterior do preço de venda, deveria significar, aproximadamente, um agravamento de 3,4% nas gasolinas e de 7,8% no gasóleo, quando é sabido que os aumentos anunciados pelo Governo se cifram respectivamente em 11,5% e 28,6%.

5. Em relação aos preços de combustíveis agora fixados, tem de se considerar como aspecto significativo da orientação do Governo, o facto de o gasóleo para a agricultura ter registado uma subida real de 38,5% (de 13\$00 para 18\$00) muito superior à registada no gasóleo destinado a consumo corrente, o que, conjugado com as recentes subidas dos preços de outros factores de produção, não poderá deixar de acarretar novas e mais sérias dificuldades para os agricultores portugueses e para a agricultura nacional.

6. Contrariamente à atitude fatalista que o Governo da «AD» está interessado em inculcar na opinião pública, a verdade é que é possível conter e limitar os efeitos dos aumentos do petróleo na economia nacional e é possível impedir repercussões descontroladas dos aumentos de combustíveis nos preços de outros produtos, bens e serviços.

Mas para tanto é necessário uma política económica que se oriente pelo objectivo do progresso e desenvolvimento nacional e da melhoria das condições de vida do povo português, em vez de visar, como é objectivo da «AD», o benefício do grande capital e dos sectores parasitários da economia portuguesa, o reforço da exploração dos trabalhadores e a degradação do nível de vida da população.

7. Os aumentos dos combustíveis são no quadro da política da «AD» um sinal de partida para uma grande vaga de aumentos de preços. O combate à política económica e social do Governo da «AD» transforma-se assim numa condição essencial e imperiosa para a defesa dos interesses da população.

18 de Dezembro de 1980

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

